

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MEMORIAL

IGOR ZANONI CONSTANT CARNEIRO LEÃO

CURITIBA, MAIO 2015

Este texto consiste em um memorial de minhas atividades acadêmicas e profissionais como aluno, pesquisador e professor. É um requisito parcial para postulação de vaga como professor titular no Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, no qual trabalho desde 1995 e onde sou hoje professor associado IV.

Minha graduação começou nos distantes anos de 1972 e 1973, como aluno do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP. Nestes anos difíceis para a faculdade, marcada por seu labor crítico e politizado, tive uma experiência particularmente rica e nova por vir de Campinas, na época uma cidade em grande medida ainda interiorana e mesmo provinciana em termos culturais.

Na USP, a faculdade de Filosofia marcava-se por seu rigor, propondo-se a formar filósofos, e não meramente professores de filosofia, exigindo muito empenho dos alunos e um grande volume de leituras, seminários e trabalhos escritos. A linha mestra, nestes anos, foi o nascimento da filosofia moderna através da leitura bastante minuciosa de Descartes, Hume, Kant, aos quais era dada uma atenção não apenas com leitura de grande parte da obra desses autores como na de alguns de seus principais comentadores. No segundo ano, passou-se a Hegel e a alguns autores que com ele se relacionaram, como Feuerbach. Também foi dada uma grande atenção à filosofia de Marx.

Esta filosofia foi apresentada inicialmente não só através de alguns textos menores de Marx e Engels e de aulas sobre o alcance da obra de Marx no pensamento moderno, mas, sobretudo, através de uma leitura bastante rigorosa de Lucien Goldmann, um escritor muito lido naqueles anos. Como se sabe, Goldmann trabalhava com conceitos oriundos de Luckás, como os de dialética da totalidade e consciência possível. Em uma tradição marcada pelo humanismo, estes conceitos orientavam um estudo das transformações sociais e econômicas, ligando-as à percepção política dos seus principais agentes, investigando, em

particular, a possibilidade de encaminhar uma sociedade democrática fugindo do totalitarismo stalinista.

Mais adiante no curso passou-se a estudar os primeiros textos sob uma ótica anti-humanista e estruturalista, centrada em Louis Althusser e seus seguidores. Na época, estes autores eram bastante valorizados como construtores de um pensamento mais rigoroso e científico do modo de produção capitalista em suas várias conexões internas; a saber: a produção material, a cultura intelectual, o direito, a política e assim por diante. Eram autores donos de um acentuado mecanicismo, que deslocava muitas das preocupações da tradição humanista da filosofia socialista e ocidental.

Para mim, este debate foi extremamente instigante, pois tive dificuldade em aceitar e mesmo, talvez, compreender o pensamento estruturalista daqueles autores. Pensei que se a maioria de nós estava ali naquele curso por motivações humanistas e sociais inerentes a nós, eu não poderia aceitar um mecanicismo anti-humanista.

Havia, no curso, disciplinas complementares nas quais pude entrar em contato com algumas obras de Walter Benjamin, Adorno, Umberto Eco e Edgar Morin, sobre arte e comunicação nas sociedades com uma cultura de massa baseada em meios de comunicação de massa e formas de consumo também massificadas, pelo menos nos países centrais. Outra disciplina que me chamou a atenção, e que muitas universidades do país não incluem em seu currículo dos cursos da área, foi Filosofia Oriental, ofertada por Ricardo Gonçalves, hoje a personalidade mais importante no pensamento oriental no Brasil. Esta matéria deu-me a possibilidade de diferenciar modos de pensar e de buscar a realidade natural e pensar o da condição humana no ocidente e no oriente. Pareceu-me que, ainda que muitas vezes o pensamento oriental se apoie em raciocínios rigorosos e numa busca lógica implacável, seu centro era a meditação e a contemplação, buscando uma solução particular para o sofrimento, visto como uma condição inescapável do viver. Assim, a dialética e a busca de uma estrutura

racional da realidade transformavam-se em caminho de salvação e técnicas através das quais se buscava determinados insights e uma ética muitos séculos anteriores ao Ano Domini.

Em 1974, voltei a Campinas e me matriculei na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, para fazer no Instituto de Filosofia, Ciências e Letras o seu ciclo básico, que consistia em um conjunto de disciplinas ofertadas no primeiro ano a partir das quais se optava por um curso específico para o restante da graduação. Neste ano pude estudar uma introdução a diversas disciplinas novas para mim e muito instigantes, como Ciência Política, Sociologia, Linguística, Economia e Antropologia, além do curso de Estudos de Problemas Brasileiros, curso obrigatório destinado, segundo o governo de então, a dar aos jovens estudantes uma necessária noção de civismo. Estas disciplinas eram oferecidas por jovens promissores que se tornaram, muitos deles, referências em suas áreas, como Liana Maria Aureliana, Sérgio Silva, Manoel Tosta Berlinck, Peter Fry e Eni Orlandi, dentre outros.

Pude ler, nessas disciplinas, diversos autores, como Lewis Morgan, Saussure, Noam Chomsky, bem como pequenos excertos introdutórios a uma história do pensamento econômico. Curiosamente, no curso de Estudos de Problemas Brasileiros coube-me a tarefa de preparar um texto e um seminário sobre o problema indígena no Brasil. O renomado professor Peter Fry recomendou os textos sobre o tema de Darcy Ribeiro. Pude, desta maneira, entrar em contato com um aspecto, talvez o mais importante, deste político e antropólogo, de uma forma bastante agradável e despreconceituosa. No ano seguinte, matriculei-me no curso de Ciências Econômicas oferecido pelo antigo Departamento de Economia e Planejamento Econômico – DEPE.

O antigo DEPE foi criado sob o respaldo político de empresários paulistas e políticos ligados à ala autêntica do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, especialmente Ulysses Guimarães. O curso de economia era organizado no

contexto de uma busca de superação da ditadura, e dirigido por intelectuais com passagem pela CEPAL, retornando do Chile após o golpe de estado de Pinochet. Destacavam-se aí as figuras de João Manuel Cardoso de Melo e Luiz Gonzaga de Melo Beluzzo, que são primos. Ambos foram diretores do Ministério da Fazenda, chefiado entre 1985 e 1987, especialmente durante o ano de 1986, por Dílson Funaro. João Manuel é um historiador da economia e sociedade brasileira além de um grande estudioso, dono de vasta cultura humanista. Beluzzo é um economista que procurava estabelecer pontes entre Marx e Keynes, tornando-se assessor da Federação das Indústrias do estado de São Paulo, secretário de tecnologia no governo Montoro e um dos maiores críticos do capitalismo financeiro que se consolidou mundialmente desde os anos noventa.

A graduação foi montada no estilo de curso que hoje já não existe, mesmo na Unicamp, no atual Instituto de Economia. Ali estudei com mestres ainda jovens, alguns dos quais escrevendo suas teses de doutorado, como O Capitalismo Tardio, de João Manuel, uma grande referência em muitos aspectos no estudo do nascimento do capitalismo brasileiro. Também acompanhei o desenvolvimento das teses de Liana Maria Aureliano, Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Luís Tannuri, entre outros documentos ainda hoje não superados em relação ao ponto de vista heterodoxo e inovador que representavam.

É difícil recordar todos os meus professores de então, mas, além dos citados, lembro de Luciano Coutinho, José Carlos de Sousa Braga, Mário Luís Possas, Paulo Eduardo de Andrade Baltar, José Francisco Graziano, Luís Orlandi, Rubem Alves e outros menos conhecidos, como Tiago Maxiliano Beviláqua e Mário Presser. Também assisti a pequenos cursos e seminários dirigidos por nomes como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antônio Barros de Castro, o italiano Paolo Sylos-Labini, e acompanhei a visita à Unicamp de Eric Hobsbawm, Joseph Steindl e Joan Robinson, que fora colaboradora de John Maynard Keynes. Esta afirmou enfaticamente que o curso de economia do DEPE,

englobando a graduação e a pós-graduação, era o melhor curso que ela conhecia naquele tempo.

O curso envolvia pouca ênfase em matemática e econometria (os computadores estavam dando seus primeiros passos, os microcomputadores não existiam e usávamos um grande computador programando antes o que queríamos em grandes fichas de papel a serem perfurados. Quando era auxiliar de pesquisa usava uma máquina de calcular TI-58 não programável, o que tornava a pesquisa uma aventura e pouco confiável, e não seguia, portanto, a tendência americana, bastante modelística e formal dos economistas neoclássicos e neokeynesianos, como Paul Samuelson e suas Fundações da Teoria Econômica.

Tínhamos aulas importantes de Contabilidade Social, Contabilidade Geral, Instituições de Direito, Epistemologia e outras, mas o núcleo do curso era a história da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, dividida em várias disciplinas, bem como a história do pensamento econômico, enfatizando autores modernos como Kalecki, Keynes, Labini, John Bain, Edith Penrose e vários outros, hoje legados a uma posição de pequeno destaque na maior parte de nossas faculdades. Eu me apaixonei pela interpretação da realidade socioeconômica que vivíamos, da crise inflacionária e das finanças públicas aberta em 1973.

Também tínhamos uma cuidadosa leitura e interpretação do Capital e outros textos de Marx, avessa a Althusser e tampouco fundamentalista, que se procurava estudar como forma de escapar à ortodoxia reinante mesmo no País ao mesmo tempo em que buscar sua vitalidade para a compreensão da história econômica nacional e seus grandes pensadores. Note-se que este último autor não era apreciado por grande parte do marxismo brasileiro, como se conclui nos livros dedicados ao estruturalismo althusseriano escritos por nomes como Caio Prado Júnior e Carlos Nelson Coutinho.

Os professores, como Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, possuíam uma sólida leitura, como não se poderia deixar de esperar, dos clássicos do socialismo ocidental, incluindo sua forma de percepção e utilização como ferramenta de análise pelo pensamento latino-americano. Os livros básicos de introdução à economia política eram os de Cláudio Napoleoni, então ainda não traduzidos, mas lemos, especialmente pela preocupação com o capitalismo financeiro formado no início do século e pela ligação entre bancos e indústrias, sob dominância dos primeiros, que funcionavam como uma cabeça financeira que dirigia a valorização produtiva do capital, uma grande parte da obra de Lenin, Hilferding e do próprio Capital, entre outros materiais.

Nas aulas de Macroeconomia, então também pouco valorizada, embora presente, procurava-se ler Keynes na Teoria Geral, fugindo da interpretação neoclássica. Por isso foi também importante a leitura de certos textos de John Hicks, que fundou esta interpretação, e da dinamização da teoria com autores como Roy Harrod e Evsey Domar e, sobretudo, Kalecki, que chegara a muitos pontos descobertos também por Keynes a partir de Marx, embora não dando a importância keynesiana à finança, o que começava a se tornar um ponto teórico importante que levaria ao pós-keynesianismo, de grande relevância a uma leitura renovada do capitalismo global.

Em resumo, o curso era bastante heterodoxo, fortemente marcado pela junção Keynes-Kalecki-Marx, pela preocupação com o contexto histórico da teoria e do desenvolvimento e suas crises, além do cuidado extremo com a realidade brasileira e intérpretes destas, como Celso Furtado. Era um curso exigente, que me marcou muito como pesquisador e professor, que posteriormente viria a ser. O nosso maior economista, Celso Furtado, lutava por uma sempre renovada percepção da atualidade brasileira e internacional, buscando uma nova economia política. Era também o que o DEPE buscava.

Note-se que os professores do Departamento eram então poucos, e suas ambições imensas, o que se traduzia em trabalho interessante e dedicado, muitos definitivos, mas embora houvesse divisões entre os professores, como aluno percebi certa homogeneidade na independência com que se buscavam alternativas políticas e econômicas, inclusive teoricamente. Muito do curso foi para mim bastante esclarecedor, outros pontos eu e outros colegas próximos sentíamos insatisfatórios ou incompreensíveis, o que, aliás, não poderia deixar de acontecer, pois éramos todos muito jovens. Ajudou-me bastante ter sido convidado para auxiliar na pesquisa desenvolvida pelo professor Tiago Maximiliano Bevilacqua sobre o setor externo brasileiro, a participação do capital estrangeiro na indústria do País e, sobretudo, a crise já anunciada da dívida externa que eclodiria em 1980 com a subida dos juros internacionais e internos. Mais tarde fui pesquisador na coleta e tabulação de dados na tese inovadora do professor Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves sobre a importância e o lugar teórico da pequena empresa nas modernas estruturas oligopolistas. No mestrado, cujos créditos cumpro entre 1978 e 1980, fui também pesquisador nos trabalhos do professor Wilson Cano sobre desenvolvimento regional no Brasil e a concentração industrial em São Paulo.

Apenas dois alunos de minha turma prestaram concurso da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia – ANPEC. Eu fui um deles, pois me interessava continuar estudando. Ganhei uma bolsa, então mais generosa que as de hoje, e fui também convidado para dar aula no curso de economia da Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep, de onde saí no final de 1980 com a crise das escolas particulares que acompanhou a longa crise dos anos oitenta. A Economia da Unimep era dirigida por pós-graduandos da Unicamp, e grande parte dos professores também era recrutada nesta última. Convivi com professores que depois se tornaram especialistas renomados em suas áreas e me tornei bastante próximo de Maurício Coutinho, já grande conhecedor de história do pensamento econômico e da história política brasileira.

O mestrado que cursei também era bastante diverso dos vários que existem hoje no Instituto de Economia, inaugurado em 1986 com a presença de Dílson Funaro no auge do Plano Cruzado. Mas já estava em curso uma reformulação da graduação e da pós-graduação liderada pelo professor Mário Possas, recentemente chegado a Campinas. Este professor tinha uma visão rigorosa e positiva, buscando dar a ela maior rigor científico. Tinha grande facilidade em matemática e estudava muito, buscando aproximar os grandes pensadores da área, em especial Marx, Keynes e Schumpeter. Conhecia bem a estrutura industrial e empresarial do País, e procurou ligar a concorrência empresarial e as formas de mercado com a dinâmica do conjunto da economia.

Na Unicamp, entre outros trabalhos e cursos, desenvolveu com Paulo Eduardo Baltar uma leitura integrada e inovadora de vários aspectos da dinâmica e ciclo capitalistas em Michel Kalecki. Posteriormente iniciou sua grande tese de doutorado, em três volumes, nos quais revisou a teoria microeconômica mais moderna e heterodoxa, como forma de sustentar uma compreensão da dinâmica capitalista a partir de Kalecki e, especialmente, Keynes. Na verdade, Mário Possas foi um dos introdutores mais brilhantes do pós-keynesianismo no País, preocupando-se não apenas com a determinação da renda a partir do investimento, como apontam Keynes e, mais claramente, Kalecki, mas também com os aspectos financeiros ligados às decisões de investir. Isto envolvia uma revisão da profundidade com que um novo capital financeiro internacionalizado e fora do controle dos Bancos Centrais criava uma esfera de valorização fictícia e um capitalismo financeiro diferente daquele estudado por Hilferding ou Lenin, entre outros estudiosos das primeiras décadas do século XX e final do anterior.

Por outro lado, a tese de Mário Possas inovava na compreensão do otimismo schumpeteriano do capitalismo como destruição criadora de suas estruturas econômicas, dando aí uma vitalidade vantajosa em relação a uma economia socialista e planejada. Ao mesmo tempo, Possas revia Marx e atacava diversas leituras correntes enraizadas no Capital, como a determinação dos

preços a partir do valor-trabalho, os conceitos de valor e mais-valia subjacentes a todo o pensamento de Marx, a tendência à queda na taxa de lucros e outros, embora desse grande importância à ênfase de Marx do capitalismo como modo de produção dinâmico marcado por ciclos.

Possas foi responsável por uma nova forma de entender a economia na nossa escola, abrindo uma nova frente ideológica e de pesquisas em economia ali. Suas ideias foram bem aceitas e a aproximação entre Keynes e Marx era já uma preocupação, do professor Beluzzo, entre outros, enquanto João Manuel enfatizava sobretudo o pensamento social e político de Schumpeter, preocupado com a destruição das instituições sociais que sustentavam o capitalismo à medida que este prosseguia seu desenvolvimento produtivo.

Outro professor interessante para mim foi José Serra, que fora pesquisador na CEPAL, militante da Ação Popular – AP e vinha de um doutorado nos Estados Unidos. Assisti a dois cursos com ele, sobre modelos de ciclos na literatura econômica e seus estudos sobre a economia brasileira a partir daí, que deram lugar a um trabalho ainda utilizado sobre ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. Não era muito dado à teoria, mas foi o primeiro professor meu que valorizou a conjuntura econômica do País à época, atualizando muito daquilo que sabíamos sobre a política econômica de então e seus impasses. Todavia, era crítico de diversas correntes marxistas, como a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, escrevendo um artigo sobre isso na revista do Cebrap com Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde ambos se distanciaram de um teórico do subdesenvolvimento e da dependência seminal como Celso Furtado, e passaram do ensino à política, de modo crescentemente distinto.

O mestrado também se beneficiou da vinda da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de Paulo Renato de Sousa, que escreveu uma pequena coletânea revisando conceitos pouco consistentes, como setor informal, informalidade, produtividade do trabalho, todos na raiz do pensamento sobre o

mercado de trabalho no Brasil e a determinação dos salários. Em 1979, defendeu uma inovadora tese de doutorado criticando modelos utilizados tradicionalmente, mesmo por autores importantes como Furtado, na determinação de salários e na configuração do mercado de trabalho brasileiro, acompanhado de pesquisa empírica. A partir desse trabalho, Paulo Eduardo Baltar escreveu sua própria tese sobre a determinação dos salários de base na economia brasileira. Este era um núcleo consistente sobre a área de economia do trabalho, que então se formava ali e que originou mais tarde o Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho – Cesit.

Assim, o mestrado trouxe para mim e para o departamento de economia novos ares e novos personagens importantes, ali e, mais tarde, na política nacional. Mas o curso não descurou o aprofundamento dos temas e linhas de investigação estudadas na graduação. Pude ampliar muito meu conhecimento da teoria marxista lendo todo o volume I assim como grande parte dos volumes II e III do Capital, e comentadores como Isaac Illitch Rubin com Luís Beluzzo e Frederico Mazzuchelli, este com passagens no governo do estado em São Paulo, assim como o primeiro, entre outras atividades. Também aprofundei o conhecimento do universo das empresas, sua dinâmica, estrutura mercadológica, ligação com a inflação e o ciclo, a crescente importância das grandes finanças na determinação dos rumos do mercado e do conjunto da economia.

Todavia, o curso mais concorrido numa escola com aquela era dado por João Manuel, e consistia numa minuciosa recuperação da tradição política marxista, seus opositores mais relevantes, como Weber e Schumpeter, e sua relevância para a atualidade. Líamos textos hoje quase ignorados por cursos de economia das nossas escolas, mas, acima de tudo isto, o mais importante era a interpretação e a capacidade de perceber os elementos centrais no pensamento de cada autor, ligando-os ao seu contexto político. Sempre foi um homem erudito e inesquecível, mas o pouco que publicou, não mostra sua argúcia, profundidade e pertinência, o que só pode ser claro para os que assistiram seus cursos e palestras ou trabalharam, como eu mesmo, mais tarde, em pesquisas sob sua

orientação. Também fazia bem aquilo a que se dedicava, tornando-se o maior responsável individual pelo que o Instituto de Economia foi um dia e grande parte do que ele ainda é.

Ainda no primeiro semestre de 1981, fiz uma disciplina isolada do doutorado com ele sobre alguns dos grandes pensadores da formação social brasileira. Pude então ter um conhecimento inicial de vertentes democráticas e autoritárias do nosso pensamento social, embora alguns eu conhecesse melhor, como Furtado e Sérgio Buarque Holanda. Por divisão de tarefas na turma pequena, dediquei-me a Oliveira Vianna e seu *Populações Meridionais do Brasil*, seu livro mais conhecido. Nele Vianna indicava o grande domínio rural, através do desdobramento de seu clã parental em clã político, como base do poder no Brasil. Todavia, tendia a ser, por sua grande auto-suficiência, um poder anárquico e local, sem visão de um projeto de desenvolvimento da nação. As populações do Sul do País, pela natureza mesmo de sua vida econômica, induziam a laços de sociabilidade e de poder distintos, e a uma percepção de nação formada na sua luta pelo território, tudo conduzindo a uma percepção distinta do desenvolvimento.

Havia no livro bastante aristocratismo e mesmo racismo, e uma apologia pouco oculta a Vargas. Todavia, também havia bastante realismo ao levantar o problema das instituições políticas adequadas a nossa específica formação. O livro propunha uma solução autoritária e corporativa, fazendo do Estado um pedagogo na nacionalidade. A partir daí li quase todos os livros que encontrei do autor, procurando organizar o conjunto do seu pensamento, e outros autores dessa vertente, como Alberto Torres, também autoritário e descontente com o nosso agrarismo. Para mim, embora pouco conhecesse da figura de Vargas, tinha do curso uma visão simpática a ele, por sua política industrializante, sua inovadora forma de enfrentar a grande crise nascida em 1929, sua excelente equipe econômica e por ter bancado politicamente a Cepal dentro da ONU quando, no início dos anos cinquenta os Estados Unidos buscaram torná-la órgão da mais dócil e controlável Organização dos Estados Americanos – OEA.

Mas não pude continuar em Campinas, pois a Unicamp não conseguia abrir novo concurso para contratar professores e outras ofertas de emprego que encontrei não me atraíam por meu temperamento e formação. No meio do ano, fui convidado a trabalhar no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – Iparde, através de uma sugestão do professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, que coordenava o conjunto de pesquisas sobre as grandes transformações sofridas pelo Paraná, aliás não só este estado, nos anos setenta.

O Iparde, neste período, possuía uma equipe de pesquisadores grande e de alta qualidade, composta em grande parte por pessoas que voltavam com a abertura política ao Brasil. A maior parte dela saiu de Curitiba não muito tempo depois, mas o órgão manteve-se, através de pesquisadores que se radicaram na cidade, alguns que vinham trabalhar por alguns anos e por pesquisadores paranaenses por nascimento ou adoção, pelo menos até recentemente, um lugar de prestígio e trabalhos de alta qualidade. Todavia, marcou-se sempre por instabilidade política, dada sua inserção na estrutura de um planejamento que se fazia cada vez menos no Brasil, oscilando entre períodos mais felizes ou amargos, dependendo do governador que assumia o poder.

A princípio assumi ali a função de elaborar pequenos pareceres sobre assuntos candentes na imprensa relativos à economia estadual, uma forma de assessoria ao secretário de planejamento Wilson Deconto, que bancava o órgão embora nem sempre apreciasse tais pareceres. Também auxiliiei no diagnóstico dos anos setenta, não como pesquisador propriamente, mas reescrevendo relatórios de pesquisa ou organizando materiais diversos de uma pesquisa. Também discutia trabalhos diversos com seus coordenadores e suas diversas equipes, pois o Iparde era marcado por apreciável democracia interna.

Mas minha maior função foi, logo a seguir, reorganizar uma equipe de análise de conjuntura, trabalho realizado já há muito tempo, para o qual foram

decisivas a amizade com o presidente do Ipardes, Dr. Carlos Augusto Cavalcanti de Albuquerque e a boa vontade do diretor técnico, professor Luís Antônio Fayet. Pude trazer para a equipe técnicos que iam ficando ociosos quando suas pesquisas terminavam e outras ainda não se iniciavam, somando-se aos que já trabalhavam na equipe, organizando todos uma publicação periódica de alta qualidade técnica, com tiragem elevada e alcance nacional, a primeira do gênero no Brasil. Seus temas atualizavam aspectos levantados pelo diagnóstico dos anos setenta e acompanhavam novos aspectos da realidade social e econômica do Estado, como a grande ascensão das cooperativas, tornando-se um empresariado regional, inclusive passando a industrializar grande parte da produção agrícola e pecuária, a evolução dos salários e emprego na medida dos dados disponíveis, pois ainda não fora montada a Pesquisa de Emprego e Desemprego, recentemente extinta de forma lamentável, o crescente capital imobiliário nas novas grandes cidades e na metrópole curitibana e sua dinâmica, novos projetos industriais no Estado, a análise da política econômica centrando em temas como a dinâmica do endividamento externo e interno e o crescente comprometimento financeiro do Estado nacional e das unidades todas da federação, entre outros temas. Também escreviam na revista pesquisadores de outras equipes, e havia resenhas de outros trabalhos realizados na instituição.

Mais tarde a equipe se transformou, perdemos técnicos preciosos, e o próprio Ipardes ficou um órgão menor e mais frágil, mas sempre havia trabalhos interessantes no Análise Conjuntural, embora já não fosse sombra do seus melhores dias. Também pude reorganizar a Revista Paranaense de Desenvolvimento na gestão do professor Romar e Maria Luíza Marques Dias, revista nascida no interior do Banco de Desenvolvimento do Estado e que pude atualizar, tornar graficamente mais atraente graças à equipe de editoração, e obter recursos para contratar textos, sempre de conhecidos especialistas em sua área bem como de personalidades de destaque no País.

Os técnicos da equipe foram também com o tempo realocados em outras pesquisas quando era necessário, e eu mesmo saí dela e trabalhei em algumas outras equipes até sair do Ipardes para a UFPR, em 1995, depois, portanto, de trabalhar ali por muitos anos, ao lado de amigos que ainda ficaram até a aposentadoria, ou ainda estão trabalhando ali, muitos que também foram para a sociologia ou a economia da UFPR, para o Dieese e assim por diante, outros que partiram do Estado, vários dos quais para órgãos do Governo Federal ou para grandes universidades, e os que foram realocados em outros órgãos do Estado ou tomaram outros rumos mais pessoais. Alguns se constituem em grande referência para mim até hoje, pois havia no órgão um grande conjunto de pesquisadores de maior qualidade, mesmo em termos nacionais, e incomparáveis em termos estaduais.

Em 1984, durante breve licença concedida pelo Ipardes, escrevi minha dissertação, só defendida em 1986. Em conversa com o professor João Manuel, ele instou-me a escrever sobre o Paraná. Retomei então o diagnóstico do início dos oitenta, sintetizado e precedido por uma interpretação analítica contido no documento Paraná: Economia e Sociedade. Ao mesmo tempo, dediquei-me a outras visões do desenvolvimento estadual, todas em torno do chamado e prestigiado “modelo paranaense de desenvolvimento”, bastante acreditado entre políticos e intelectuais no Estado. Eu compreendia o tema como talvez ninguém em Campinas naquele tempo, e desenvolvi a dissertação assentado sobre o grande trabalho de tantos no Ipardes, sob orientação formal da minha várias vezes professora Liana Maria Aureliano.

Voltei-me então às transformações na economia e sociedade paranaenses dos anos setenta, marcadas por fenômenos como a introdução da “revolução verde”, com seu corolário de concentração da posse da terra, desaparecimento quase total do trabalho agrícola realizado através de parcerias como a meação e o arrendamento, êxodo rural, crescimento de cidades médias como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e da capital, o crescimento quase nulo da

população paranaense na década, dentre outros fenômenos. Isso resultou em desemprego urbano naquelas cidades, em carências ligadas a moradia, transporte, emprego, infraestrutura e outros problemas. Outros aspectos foram a concentração na comercialização de produtos agrícolas, a formação de grandes cooperativas que repassavam crédito e seguro agrícola e buscavam melhor preço para aqueles produtos dentro de um mercado mundial de grãos e a dependência do campo de insumos, sementes, defensivos e adubos, produzidos por empresas internacionais com sede nos Estado Unidos, particularmente.

Também se verificou a constituição em torno da capital de um núcleo de grandes empresas metal mecânicas e da refinaria de Araucária, graças a um esforço de busca do governo do estado de investimento de grandes empresas estrangeiras e à negociação política no interior do II PND, que resultou, não sem perdas para o Estado, na refinaria, enquanto o desejado pólo petroquímico, segmento então instalado no País, no Rio Grande do Sul. Estes aspectos mais relevantes contidos no diagnóstico foram lembrados na dissertação, que o atualizou através do exame de diversas pesquisas, também realizadas no Iparde, e que buscaram complementar o diagnóstico após o “Paraná: Economia e Sociedade” ter sido publicado.

Contudo, enfatizava na dissertação que tais fenômenos não podiam ser tratados provincianamente, uma vez que se ligavam a políticas governamentais nacionais e a uma dinâmica política e econômica mais amplas. Não se menosprezava a proximidade do Paraná do grande centro paulista tampouco, e a emergência de um mercado internacional de grãos ligados por bolsas mercantis, as políticas governamentais do export drive e de grandes órgãos como a FAO. Eu, então, valorizava a expansão econômica que atingia o Estado, e como o diagnóstico, propunha políticas compensatórias ou “políticas sociais avançadas” de molde a tornar o território nacional e paranaense não apenas mais rico como equilibrado socialmente. Mesmo o êxodo rural era valorizado, pois se pensava nas cidades como os centros por excelência de convivência e aquisição de cultura,

superando a chamada “idiotia rural”, ou seja, a pobreza e o isolamento existencial do trabalhador do campo.

Hoje eu penso que essa expansão poderia ser realizada através de propriedades menores, policultura, agricultura orgânica, mais interessantes social e ecologicamente, e pensaria melhor nos aspectos negativos das grandes aglomerações, que se tornaram caóticas e levaram a uma cultura individualista e a formas de convivência negativas do ponto de vista da “vida do espírito” de que fala Simmel, bem como à constituição de um capital mercantil urbano sem ligação necessária com a industrialização e criador de grandes distâncias, além das existentes. Mas todos fomos homens de nosso tempo e fizemos reflexões importantes, embora, como toda reflexão e todo texto, também datados. Eu era um economista que seguia as posições de Kautsky antes que as de Chayanov e outros populistas russos. As interpretações sobre o desenvolvimento do Paraná foram assim, em termos resumidos, tratados por mim:

- I) Havia uma interpretação “utópica”, construída entre o final dos cinquenta e início dos sessenta que deram origem a um “modelo paranaense de desenvolvimento” no primeiro governo Ney Braga, tencionando uma política governamental dentro das fronteiras do Estado marcado por encurtar a distância que se havia criado entre a economia paulista e a paranaense, mas evitando os desequilíbrios sociais da primeira através do privilegiamento das pequenas empresas, distribuição espacial dos investimentos e outras derivadas de um ideário da “democracia cristã”, desenvolvida precariamente no Brasil. Esta ideologia estatal foi descrita e analisada pela professora Maria Helena Oliveira Augusto, que trabalhara em uma empresa de consultoria ao governo estadual, nos anos de sua elaboração. As ações do governo seriam coordenadas pela CODEPAR, transformada pela reforma bancária de 1966 em BADEP.
- II) Após ficar claro o irrealismo da proposta, buscou-se adequá-la ao desenvolvimento que o País começava a viver no governo militar desde o segundo semestre de 1966, construindo-se dentro do BADEP o que

um dos seus diretores, o professor Francisco Magalhães, denominou em entrevista “visão realista”, procurando desconstruir a visão anterior através da aceitação e incentivo à grande empresa e à colagem do crescimento econômico no Paraná no contexto do País.

- III) Entre ambas media uma “visão pessimista”, construída pela transposição para as fronteiras do Estado da visão centro-periferia nascida na Cepal e radicalizada por certos teóricos da dependência como “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, como André Gunder Frank. Procurei mostrar sua fragilidade analítica retomando o pensamento cepalino e criticando sua indevida apropriação, bem como observando o inegável desenvolvimento, ainda que no contexto da dependência e do subdesenvolvimento tal como entendidos por um autor como Furtado. A “visão pessimista” cristalizou-se na crise dos anos sessenta, e foi apresentada por Pedro Calil Padis, que também trabalhara no Paraná. O livro de Padis foi publicado em 1971, o que mostrava a não preocupação do autor em atualizar suas pesquisas sobre o Estado.
- IV) Finalmente, haveria uma “visão crítica”, a nosso ver mais consistente, esboçada no diagnóstico do Ipardes e suas propostas.

Nesta última já estava claro, embora não dito, que o “modelo paranaense de desenvolvimento” nunca existira, já que não era possível pensar de forma isolada o Estado, e consistia antes em uma ficção ideológica com valor político ambíguo. Penso que uma leitura atenta da tese escrita na USP, sob orientação de Maria Helena Oliva Augusto, sobre o desaparecimento do BADEP como indicador por excelência da adoção do “neoliberalismo” nas políticas governamentais no Paraná, escrita em idade já avançada pelo professor Magalhães, mostra como o mito desse modelo permaneceu na forma que poderia denominar “nacionalismo paranaense” ou “paranismo” mesmo em intelectuais destacados como o seu autor. Eu discuti depois no Ipardes, em artigos no Análise Conjuntural, tal “paranismo”, marcado por um desejo de singularizar o que ocorria no Estado em oposição aos

cometimentos do governo nacional, bem como por uma ideologia centrada em uma visão da história do Paraná não articulada muito bem à história do País, sempre obstaculizando o curso desejado daquela.

Minha dissertação recebeu boa acolhida e conquistei a nota máxima na sua apresentação no já criado Instituto de Economia. Pouco depois foi publicada pelo Conselho de Ciência e Tecnologia – Concitec, em coedição com o Iparades, na coleção Teses. Também os trabalhos contendo as visões discutidas acima e a tese do professor Magalhães foram publicadas em edição especial recentemente. O próprio professor, na época secretário de estado do planejamento do Paraná, induziu-me a apresentá-la em diversas ocasiões, inclusive com sua presença, provavelmente sem apreciar a dissertação de todo.

Lembro-me particularmente de uma palestra que dei no Solar do Barão, no centro de Curitiba, na qual fui asperamente arguido pelo professor Edgar Dedecca, que havia há pouco publicado seu conhecido livro O Silêncio dos Vencidos. Ele me perguntou onde estavam à época em termos políticos os que estavam sendo expulsos de suas terras, os novos migrantes paranaenses, os recém-promovidos a desempregados urbanos e assim por diante e por que motivo não falara deles. Eu não dei importância na época à sua colocação, pois me parecia que o processo todo fora rápido e brutal, conduzido com um conservadorismo modernizador, tão característico do País. Sempre me pareceu que o povo brasileiro é extremamente maltratado pelo Estado que coíbe suas melhores expressões políticas. Assim, os “vencidos” foram neutralizados todo o tempo, e mais tarde se organizaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, após a conclusão da gigantesca e, ecológica e socialmente, mais que incorreta barragem de Itaipu. Todavia, eu mesmo não gostava muito das ideias do professor Dedecca, pois eu era um franco desenvolvimentista que acreditava que, se as transformações foram feitas com elevados custos sociais, poderiam levar a uma sociedade mais rica e adiantada, desde que contássemos com a ampliação das políticas públicas e um desenho atualizado e ampliado delas.

Eu acreditava muito na possibilidade de ação corretiva do Estado muito mais do que hoje acredito, dadas as grandes limitações financeiras e políticas que ele apresenta, como a pressão das finanças globais sobre o câmbio, juros, gastos públicos, a virtual eliminação do planejamento, a imposição de um estilo muito mais ortodoxo à política econômica, dentre outras, e o grande poder de pressão da mídia, dos grandes bancos e do agrobusiness. Junto com isso, há uma busca de mostrar o País como uma nação forte no jogo político internacional, o que também faz um governo arcar com objetivos ambíguos, como a realização da Copa em 2014, e a transformação de muitos cursos de economia através de programas ortodoxos sobre os quais advertia Furtado há muito.

Entre 1988 e metade de 1990, através de um programa do Iperdes que beneficiou muitos pesquisadores, voltei ao Instituto de Economia para fazer os créditos do doutorado, então o único oferecido ali. Apesar de único, como o número de professores e de suas pesquisas era mais de três vezes maior que no período do meu mestrado, e não havia distinção entre disciplinas optativas e obrigatórias, os alunos possuíam grande flexibilidade para escolher seu programa de estudos. Optei, embora tenha cursado matérias mais ligadas a um curso teórico de economia, como as oferecidas pelo professor Possas, difícil para mim que deixara de ler sistematicamente textos sobre macroeconomia, e pelo professor Antônio Kandir, que consistia na discussão de sua bela tese sobre a hiperinflação.

Naquele período havia um recuo crescente à ortodoxia econômica no governo Sarney, e visível avanço do conservadorismo político, que impediu o ministro Dílson Funaro de tomar iniciativas que dessem mais consistência à sua política anti-inflacionária marcada pelo plano Cruzado e por expansão do emprego e da renda, bem como de outros indicadores. Funaro já anunciara uma moratória e buscava a renegociação da dívida brasileira, desautorizado em surdina pelo presidente e logo substituído. A tese do professor Kandir continha uma boa

apresentação da forma como os empresários faziam os preços dadas as grandes incertezas sobre o nível do câmbio, juros, a explosiva dívida externa e o comprometimento dos recursos públicos com o pagamento de passivos herdados de o governo militar, envolvendo a União e as todas as unidades da federação. Baseava-se em Keynes e dava uma ótima visão do período.

Talvez esse episódio explique por que Kandir veio a ser o ministro da Fazenda do presidente Collor, que ampliou o escopo de uma economia liberal no País, já iniciado desde a demissão de Funaro, com o avanço do programa de privatização, a brusca contenção da dívida pública com o Plano Collor, reduzindo o ritmo da economia. Collor também denunciava a falta de inovação em nossa indústria, o que era esperado pelo baixo crescimento econômico de mais de duas décadas, indicando a necessidade de abertura comercial, que supostamente conferiria maior concorrência aos nossos mercados e incentivaria preços mais baixos e maior ritmo de inovação tecnológica.

Era um discurso novo no poder, mas que não foi contestado seriamente pela mídia que o apoiava desde a sua eleição nem pelo empresariado, com seu patrimonialismo tão estudado por Fernando Henrique Cardoso. A corrupção que marcou seu governo deu origem mais tarde a movimentos de rua que determinaram sua renúncia. Isto significava que os rumos da economia no sentido da abertura comercial e financeira, com as suas consequências talvez irreversíveis, pôde ser ampliado por Fernando Henrique Cardoso após curto interregno do governo Itamar Franco, o qual não se marcou por nenhuma atitude ou discurso destoante do que se consolidava, não sem, evidentemente, enriquecer ilicitamente os que a promoveram e muitos que dela se beneficiaram.

Fiz ainda um curso bastante esclarecedor sobre a economia internacional, destacando as teorias referentes à constituição dos grandes conglomerados produtivos e financeiros, uma área de pesquisa muito trabalhada pelo professor Mário Presser e que desaguou em sua tese de doutorado. Mas as demais

disciplinas escolhi entre as de história econômica. Duas foram marcantes, sendo a primeira um curso sobre a colônia e o escravismo no Brasil, oferecida pelo professor Fernando Antônio Novais, notável especialista na área, na qual pude ter aula com um dos professores mais eruditos que conheci, dono de uma exposição inigualável.

Seus autores de referência, que davam norte ao curso, eram Caio Prado Júnior e Eric Williams, que vinculavam o escravismo colonial ao Antigo Regime e o viam como peça da acumulação primitiva que sob ele se realizou. O curso organizou-se também em torno dos debates então mais atuais, ligados, como exemplos, ao livro recém-lançado de Jacob Gorender, com visão bastante distinta ao propor um modo de produção colonial com leis específicas, bem como à tentativa do professor Antônio Barros de Castro de deslocar o escravismo colonial do famoso “sentido da colonização”, na expressão de Caio Prado. Meu trabalho de fim de curso foi baseado nas revoltas escravas na Bahia no início do século XIX, tema do livro recém-lançado de João José Reis. Todo o curso era construído com uso da bibliografia mais recente, sobre o contraponto clássico ligado às ideias originais do Capital e alguns autores que fizeram, a partir de sua leitura, uma interpretação fecunda da colonização nas Américas, seus desdobramentos e heranças.

Mas a disciplina que mais me interessou foi o famoso curso oferecido pelo professor Sérgio Silva sobre a historiografia marxista inglesa, especialmente E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, cuja obra li quase toda na época. Sérgio Silva se deslocara para o departamento de História, pois passara a acreditar que a economia não era uma ciência como as ciências naturais, mas antes um conjunto de discursos, marcados por valores, compostos no âmbito das práticas sociais. Esta ideia não era propriamente nova, tendo sido antes esboçada por Celso Furtado, mas chocava o cientificismo que muitos economistas crescentemente atribuíam a sua própria produção teórica e à sua visão de mundo.

O curso continha algo do característico vezo empirista inglês, que tornava a dialética mecanicista e teoricista de autores como Althusser obsoleta, substituindo-a por uma “dialética da experiência”, a ser estudada na história das lutas de classe. Retomavam tais autores, portanto, o Manifesto Comunista quando diz: “Só conhecemos uma ciência, a história da luta de classes”. Ou melhor: “Só conhecemos uma ciência, a luta de classes”. Mas Thompson e Hobsbawm, em seus estudos sobre a classe operária inglesa, também aboliam de seu trabalho a metáfora estrutura/superestrutura da Ideologia Alemã, a própria concepção de classe social era refeita pelo exame da prática social e dos conflitos vividos pelos trabalhadores, e procuravam todos os seus conceitos na experiência que lhes deu origem. Receberam péssima acolhida entre autores mais tradicionalistas dentro do marxismo, como indica o livro, dedicado à crítica de Thompson a Althusser, escrito por Perry Anderson.

Neste período, trabalhei também em uma pesquisa do nascente CESIT, coordenada por Paulo Baltar e o professor Alonso, sobre estratégias de sobrevivência das camadas pobres nas metrópoles brasileiras. Foi um estudo grande e inovador, dando conta de ampla literatura recolhida em muitas faculdades e institutos de pesquisa, dentre outras fontes. Não fui muito útil à pesquisa, pois tendia a sair do mundo prático de todos os dias para ver os pobres em dimensões como a violência e a religiosidade, o que de fato era uma preocupação mais pessoal, mas que me ocupou bastante e me ajudou mais tarde. Um dos principais resultados da pesquisa era a importância para as camadas pobres da casa própria, pois se percebia que ela tornava muito mais viável a sobrevivência dos que a possuíam e tornava mais cômoda a “batalha” diária que ela envolvia. A pesquisa, portanto, visava orientar políticas sociais, antiga preocupação e uma orientação primordial do CESIT, que nasceu de trabalhos como esse.

De volta a Curitiba, encontrei o Ipardes ainda com pesquisadores que seriam bem recebidos em qualquer universidade ou instituto de pesquisa. Mas o órgão

estava debilitado financeiramente, os projetos novos eram raros e o Análise Conjuntural havia sofrido uma inflexão para um trabalho menos analítico e muito descritivo. O Iparde começou a destacar-se, entretanto, por uma notável construção de indicadores originais cobrindo muitos aspectos da sociedade paranaense, sob condução, sobretudo de Maria de Lourdes Urban Kleinke, que viabilizou uma percepção do desenvolvimento das grandes regiões do Estado, percebido na situação e localização de famílias pobres, urbanização, aspectos da vida de crianças e adolescentes, entre outros, economia dessas regiões e outros. Também Rosa Moura, sobretudo diante de trabalhos sobre a Região Metropolitana de Curitiba, dedicou-se a uma análise apurada sobre a RMC, e construiu por meio dela um perfil profissional notável.

Trabalhei sem muito ânimo na equipe de conjuntura, mas logo fui deslocado para um trabalho mais analítico e prospectivo sobre diversos aspectos do agrobusiness, indústria, emprego em uma equipe reunindo alguns dos melhores remanescentes do Iparde e coordenado por Maria Luísa Marques Dias. Integrei também uma equipe que discutia o Estado sob a ótica do federalismo brasileiro, conduzido pela Fundap, órgão do governo paulista, presidido então por Liana Maria Aureliano, pesquisa incluída em um dos vários volumes sobre finanças estaduais, desenvolvimento regional e outros. Através deste trabalho conheci um pouco das novas preocupações que emergiam entre muitos pesquisadores e professores que não conhecia, muitos da Unicamp, cobrindo aspectos como as dívidas das unidades federativas e de seus bancos, dentre outros.

Estes trabalhos se articularam com outros de que participei posteriormente, alguns dos quais quando eu já estava trabalhando no departamento de economia da UFPR, como o grande estudo sobre a infraestrutura econômica brasileira realizado pelo IPEA e o programa de formação e qualificação de trabalhadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, realizado pelo governo federal e coordenado pelo Instituto de Economia, envolvendo pesquisadores de todo o País.

Estas preocupações, de novo corte, nasceram diante da nova inserção que o País começava a apresentar, no interior de um governo federal preocupado com o endividamento público generalizado, nascido já antes da Nova República, mas com enorme crescimento com a política do dólar forte, bem como com as condições que permitiriam um desempenho adequado para a economia do País, cobrindo a competitividade da indústria instalada no Brasil, a qualificação do trabalhador, a reforma da infraestrutura e outros. Todos esses problemas foram encaminhados no governo Fernando Henrique Cardoso, contando com a colaboração de governos estaduais, que envolveram desnacionalização de empresas estatais, venda de grandes empresas privadas a grupos estrangeiros, passagem para a “iniciativa privada” da gestão de grande parte da infraestrutura, liquidação de bancos públicos e absorção de grande parte dos bancos nacionais por grupos financeiros estrangeiros, entre outros aspectos, no interior da grande abertura comercial e financeira relacionado com a volta do País aos circuitos de renegociação da dívida externa e sua redução, bem como do endividamento do governo federal e de governos estaduais.

Os programas ligados a essa nova configuração das políticas públicas envolveram generosas concessões ao capital estrangeiro e a grupos empresariais privados, apontando para problemas reais, mas encaminhados de forma a reduzir a autonomia do Estado na condução da economia, exposição aos movimentos e expectativas do capital financeiro, comandado por Wall Street, redução da capacidade de ação de unidades subnacionais e tornando muito mais técnica que política a ação pública cujo alcance se reduzira. Na minha visão, essas transformações decorreram em última análise da falta de soberania nacional e submissão a grupos econômicos/políticos regionais, como se percebe na concessão de rodovias após a recuperação pelo estado nacional destas últimas. O processo todo foi realizado com mediação técnica de pesquisadores brasileiros conhecedores da estrutura dos grupos empresariais do País, envolvendo inúmeras ilicitudes como favorecimentos diversos, enriquecimento de personalidades públicas e a criação de grupos como o de Eike Batista, filho de

Eliezer Batista, formado, sobretudo, por um patrimônio de valor volátil, suscetível às oscilações e expectativas do mercado financeiro.

Na primeira metade dos anos noventa, no Paraná, o governador Roberto Requião resistia ao crescente rumo, dito neoliberal, procurando apoio técnico em documento realizado pelos professores, nacionalistas e de inegável prestígio acadêmico, Carlos Lessa e Aluísio Teixeira. Também conduzia inúmeras reuniões no palácio com pesquisadores para inteirar-se mais profundamente do que ocorria no País e no Estado, nos quais se destacava o enorme conhecimento da dinâmica da finança estadual de Gedalva Baratto, da secretaria de estado da Fazenda. As montadoras que pretendiam se instalar na RMC, visando o acesso privilegiado – permitido pela localização geográfica – ao Mercosul e ao mercado paulista, mas também ao crescente mercado da própria RMC. Mas só puderam se instalar posteriormente, no governo Lerner, contando com generosos subsídios, incentivos e créditos, pouco aceitáveis para Requião e mesmo inviáveis financeiramente em sua gestão. O período foi marcado por incertezas e pela recusa de muitos políticos de prestígio a aceitar os novos termos em que se moveria a economia nacional, para os quais se podia pensar em alternativas, todavia, sem o necessário peso político, especialmente após o sucesso do Plano Real. Tal sucesso foi bastante mitificado e glorificado pela mídia sob os auspícios do ministro Rubens Ricúpero, e permitiu de modo definitivo a transformação, também mitificada e espetacularizada, do cacife acadêmico – de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda responsável em última instância pelo Plano – em cacife político.

Eu tencionava nesse período fazer concurso para ingressar no departamento de economia da UFPR, mas a CAPES exigia certo percentual mínimo de doutores nas instituições de ensino, públicas ou particulares para, supostamente, melhorar a qualidade do ensino. Eu teria mais possibilidades em um concurso defendendo uma tese e concluindo o doutorado. Pensei em escrever sobre Caio Prado Júnior, mas não sabia como organizar uma tese sobre o que já havia lido sobre ele e outros autores do período. Minha tese foi escrita com rapidez, mas após certa

hesitação, entreguei à minha antiga amiga, professora Liana Maria Aureliana, que visitava o Ipardees como presidente da Fundap, meu rascunho. Ela e João Manuel gostaram do meu trabalho, fizeram alguns comentários e preparei minha defesa, sob a orientação da professora Liana. Em dezembro de 1994 eu me tornaria doutor obtendo nota máxima.

A tese consistia em examinar como a partir de uma visão, como era a de Caio Prado, do Brasil como uma sociedade pouco soberana e democrática, com parca industrialização e heterogênea social e economicamente, poderia fazer um caminho para atingir as características que então observava nas economias avançadas, na verdade opostas às nossas. Três conceitos fundamentais eram construídos nesse problema. O primeiro era o de economia colonial, que dava conta de uma sociedade nascida no antigo sistema colonial, voltada para a exploração do território e de seus colonizadores com o fim de atender a necessidades alheias à população que se formava no país, sob as condições do novo escravismo, que reinventava em grande escala e com a marca étnica derivada da destruição que se fazia das sociedades africanas. Este desígnio era comandado por uma administração colonial agressiva e desorganizada no que tange à constituição da justiça, cobrança de impostos e rendas, fornecimento de moedas para os colonos na medida necessária, assistência parca aos que vinham ao País “fazer o Brasil”, ou seja, enriquecer rapidamente, sistema de transporte e outros aspectos, além de dizimar a população autóctone, lutar com a mesma por sua escravização, e criar com a escravidão africana uma sociedade pobre na qual vigia um paralelismo cromático e social. Características nascidas no período eram ainda presentes no País, na forma das características mencionadas e que derivava, em suma, de sermos uma sociedade voltada para o atendimento de necessidades alheias à nossa população.

O segundo conceito fundamental era o de sociedade nacional, construída sobre as características opostas e voltada para as necessidades materiais e outras de nossa população. Entre ambos os conceitos media o de

desenvolvimento, entendido como uma serie de rupturas ao longo da história brasileira, em articulação sempre com as lutas políticas e sociais no país e com o desenvolvimento do capitalismo internacional, rupturas como a independência, a abolição, a república, a progressiva industrialização. Estas criavam um país mais homogêneo e materialmente mais rico, mas ainda com muitas marcas da sociedade colonial, que não eram superadas totalmente, bem como a expectativa, um tanto escatológica no autor, da constituição da sociedade nacional.

A conquista progressiva da construção dessa sociedade passava por um conjunto de propostas políticas e sociais, estudadas pelo autor em diversos livros e que começava na extensão da proteção social, então reservada aos trabalhadores urbanos, aos trabalhadores rurais, a distribuição de renda e a constituição de uma política fundiária democratizando o acesso e a propriedade da terra, ainda que o autor não visse suportes políticos para a reforma agrária sob a forma de um campesinato, a rigor inexistente no País. Todo o tempo o autor marcava distância das análises convencionais derivadas da experiência europeia, como as análises e propostas políticas do antigo PCB, ao qual, aliás, Caio Prado se filiou quando jovem sem depois abandoná-lo. Particularmente, considerava errônea a tese de uma futura revolução democrático-burguesa, sob comando do empresariado nacional em aliança com o proletariado, particularmente o industrial.

O autor buscava indicar uma específica história da sociedade brasileira, nascida no período colonial e trazendo ainda muitas de suas marcas, cuja superação exigia grande entendimento de como se apresentavam, na atualidade, no preconceito racial, na concentração da propriedade e da renda, nos limites de uma industrialização ainda pouco avançada, entre outras. Ou seja: buscava examinar o nascimento de um certo capitalismo no Brasil, o que exigia um grande esforço teórico e muito conhecimento empírico, aos quais igualmente se dedicou, conhecendo o País em longas viagens com um Volkswagen que não abandonava por poder consertá-lo, como dizia, com um pedaço de barbante. Conheceu bem o Nordeste, visitou as Ligas Camponesas e Francisco Julião, foi preso várias vezes

pelos regimes de plantão, teve o mandato de deputado estadual pelo PCB na Constituinte de 1946 cassado quando o partido foi colocado na ilegalidade, divulgou obras relevantes na sua ótica como editor e fundador, com Monteiro Lobato, da Editora Brasiliense, visitou a União Soviética e o Leste europeu, interessou-se pela filosofia marxista e escreveu um livro combatendo o estruturalismo do pensamento de Althusser, entre outros feitos de sua vida de trabalho.

As especificidades da nossa formação social exigiam para ele não a sonhada revolução do PCB, mas uma progressiva articulação política dos trabalhadores como forma de realizar adequadamente as rupturas que levariam à sociedade nacional, e que se constituíam na “revolução brasileira”, termo, aliás, usado em sentido próximo por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil.

Indiquei também na tese a proximidade do pensamento de Caio Prado com o de Celso Furtado, o qual, inexplicavelmente, nunca deu o merecido crédito ao seu antecessor. Caio construiu um marxismo original na sua construção do desenvolvimento brasileiro, recompondo conceitos, propostas e suportes políticos. Como se sabe, Furtado também apreciava a ênfase dada por Marx ao desenvolvimento na sua visão do capitalismo, mas possuía um aparato analítico de economista, também original e utilizado conforme suas necessidades de compreensão de problemas como o desemprego, o progresso técnico, a passagem da economia cafeeira escravista a uma economia cafeeira baseada no trabalho assalariado, a dependência tecnológica, política e financeira e muitos outros que estudou. Mas era um desenvolvimentista ligado a vários governos em sua vida, exceto no período militar, enquanto Caio jamais foi um homem ligado ao governo.

Na conclusão da tese, indiquei como o pensamento de Caio Prado foi retomado por pensadores como Fernando Antônio Novais e João Manuel Cardoso de Melo, buscando uma maior precisão conceitual, mas conservando o fulcro de

sua análise e perspectiva. Ao mesmo tempo, defendi a atualidade de Caio Prado no atual momento do capitalismo e da sociedade brasileiros, na medida em que conservamos as marcas do que ele denominou “economia colonial”, sempre redefinida e reinventada pelos “donos do poder”, mas substancialmente a mesma.

Defendi a tese no final de 1994, pouco tempo antes de participar do concurso aberto no departamento de economia, entregando os documentos comprovantes do meu currículo sem ainda ser doutor. Isto pesou contra mim. Ficando em segundo lugar no concurso, fui aproveitado como professor-substituto, mas em novembro de 1995 fui efetivado a princípio como professor-assistente e quase imediatamente como professor-adjunto. Começava para mim uma vida muito distinta daquela que tive no Iparde.

Fui concursado na área de Economia Brasileira, e passei cerca de dez anos como professor dessa disciplina na pós-graduação. Era uma disciplina na qual eu recorria aos textos que julgava, por minha formação, mais importantes para a compreensão da formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas me concentrava em autores mais novos que falavam, sobretudo, do período aberto com o Plano de Metas. Meus textos básicos eram as teses e livros de Maria da Conceição Tavares na primeira parte do curso. Depois seguia com textos da década de oitenta para cá, de Furtado e uma coleção muito boa do IPEA, entre outros textos mais recentes de Tavares, sobre principalmente as privatizações, Luciano Coutinho e David Kupfer na discussão sobre a competitividade industrial e o belo livro de Jorge Mattoso sobre as transformações no emprego. Mas a cada ano os textos se atualizavam para incluir novos, e acompanhar a política econômica e a dinâmica do produto, emprego e renda.

Era um curso com aulas expositivas e seminários, que davam muita atenção à história e à política. A partir dele orientei dissertações de quase vinte estudantes nesta área e outras mais apropriadas ao seu perfil. Muitos desses alunos se tornaram professores, tanto no departamento como em outras instituições, outros

foram para o governo, dentre os que acompanho. Aos poucos deixei a pós-graduação, pois a graduação me parecia um local mais interessante para trabalhar no momento diante do precário referencial sobre a história do Brasil e seus caminhos, em especial, dos estudantes vindos muito novos do segundo grau, voltando apenas ocasionalmente, quando ofereci uma disciplina sobre Pobreza no Brasil ou como estudante em outra sobre o pensamento de Roberto Campos com o professor Maurício Bittencourt. Há não muito tempo foi organizada uma nova Pós Graduação em Políticas Públicas no departamento, multidisciplinar, na qual muitos colegas próximos em termos de ideias e ideais vem trabalhando e vários estudantes vindos da graduação fizeram seu mestrado, mas onde tampouco achei oportuno para meu momento me inserir formalmente.

Passsei a pois a me concentrar na graduação, relativamente menos privilegiada. No início de minha passagem no departamento, raramente ofereci disciplinas voltadas à economia brasileira na graduação. Como tivesse conhecimento em áreas mais tradicionais, a cada semestre minhas disciplinas mudavam para fechar a grade do período. Eu era obrigado a me atualizar constantemente em áreas diversas, mas recentemente me alocaram preferencialmente em História do Pensamento Econômico e Economia e Ética, disciplina criada no período Itamar Franco em resposta, a meu ver, algo retórica, ao tumultuado governo Collor e sua corrupção, que nunca foi privilégio daquele governo. Mas minha forma de dar os cursos era diferente de outros professores alocados, por exemplo, em HPE, algo que os alunos notavam logo, discutindo comigo pontos mais polêmicos, especialmente o pessoal do PET, sempre mais aplicados e ligados, o que foi uma sorte para eles, a coordenadores não convencionais, como os professores Demian Castro, Cipolla e já há bom tempo como coordenador do PET, com grande esforço pessoal e muito brilhantismo, Fabiano Abranches Dalto, estudioso de Keynes e de finanças e teoria monetária. No dois últimos anos ofereci uma disciplina eletiva sobre a Formação do Pensamento Econômico Brasileiro, seguindo o que estava estudando no pós-doutorado em Ciências Sociais. Na graduação orientei dezenas de trabalhos de

fim de curso, e preparei muitos alunos para exame de mestrado em centros maiores, como os da Unicamp, que hoje oferece vários mestrados e vários doutorados.

Pessoalmente, as pesquisas que realizei não puderam ser muitas, diante de minha opção por ser, sobretudo, docente, sendo a docência área que considero a mais crucial e problemática nas nossas universidades. Meus interesses me permitiram intervalos em que escrevi às vezes textos cuidadosos, aceitos em boas revistas brasileiras. Mas nunca deixei minhas leituras sistemáticas sobre a atualidade brasileira e a nossa formação na ótica dos nossos grandes intérpretes, especialmente, tendo publicado sistematicamente e orientado pesquisadores nessa área em um diretório de pesquisa do CNPq organizado de forma multidisciplinar no Setor de Ciências Sociais onde fiz um longo estágio pós-doutoral entre 2012 e 2014.

Particpei da criação e da manutenção da Revista de Economia e Tecnologia com textos nos quais recuperei algo da formação da pesquisa em várias áreas no País, e de reflexões sobre ela. Também escrevi vários textos sobre a questão ambiental e o conceito de sustentabilidade, não restrito àquela questão, e sobre a formação do pensamento econômico brasileiro.

Com a professora Denise Maria Maia reformulamos um Laboratório de Economia e Sustentabilidade, criando uma massa crítica sobre temas da área, alguns trabalhos como textos para revistas, um curso sobre indicadores do IBGE, oferecido por técnicos do órgão em Curitiba e bastante importante para alunos e pesquisadores, organizando na atualidade informações, contatos e, pretendemos, alguns cursos sobre a problemática questão do lixo na RMC e a poluição dos lençóis de água. Com a professora Liana Maria Carleial, há mais tempo ajudei na constituição de mestrado para qualificação de pesquisadores dos órgãos públicos estaduais, depois transformado mestrado profissionalizante permanente. Eu ganhei muito pouco com atividades no departamento além de meu salário como

professor, como um computador novo no curso organizado pela Liana. A única oportunidade em que tive uma remuneração extra foi uma bolsa do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP, através do professor Mariano de Mattos Macedo, coordenando por cerca de um ano e meio e divulgando com textos meus os trabalhos do órgão, ligado à FIEP, uma revista na qual escrevi também, sobre o Paraná e sobre a política econômica. Consegui levar para lá dois alunos excelentes recém-formados, então procurando um emprego adequado. Depois desse prazo saí do IBQP, que estava passando um período minguado em verbas e novas pesquisas, paralisando a revista. Fui convidado a permanecer como pesquisador, mas isto comprometeria muito meu tempo e trabalho no departamento.

Hoje há um movimento mundial contra as faculdades de economia, que em sua maioria se tornaram ortodoxas e conservadoras, divulgando o pensamento do *mainstream*. No Brasil creio que as políticas da CAPES incentivaram fortemente esse processo, com sua exigência de publicação pontuando de modo bastante diverso as revistas de economia, valorizando, sobretudo, as internacionais e convencionais. Nosso departamento manteve uma saudável heterodoxia.

Como queria voltar a estudar de modo mais sistemático, procurei a professora Maria Tarcisa Bega, que, como orientadora, me aceitou em estágio pós-doutoral no setor de Ciências Sociais, apresentando um projeto sobre pensadores originais no desenvolvimento brasileiro. Após cursar uma disciplina sobre sociologias do trabalho com a professora Maria Aparecida Bridi e outra sobre políticas sociais com a professora Tarcisa, esta pediu que eu fizesse o estágio com calma, sem procurar resultados imediatos, meditando no que eu poderia realizar. Ao mesmo tempo ligou-me ao grupo de pesquisa sobre pensamento social brasileiro no período populista que estava se organizando em redor dos professores Simone Meucci e Alexandro Trindade. Organizei minha pesquisa dentro deste grupo, focando a formação do pensamento econômico brasileiro, destacando o pensamento desenvolvimentista. Dois alunos do

departamento de economia estudaram o que eu mesmo estudava, como forma de passar adiante minha visão sobre economia a dois brilhantes alunos do PET, Thiago Luís de Quadros Ramos Pinto e Newton Gracia da Silva. O primeiro hoje se prepara para o mestrado em filosofia, o segundo defendeu o mestrado em Políticas Públicas e trabalhou com o professor Fábio Dória Scatolin na secretaria do planejamento da Prefeitura de Curitiba. Atualmente trabalho com os pesquisadores Danilo Ogama, graduado no nosso departamento e hoje se preparando para o Mestrado em Sociologia e com Stéfanie Bilick, também graduada neste departamento.

Refiz a trajetória da economia brasileira sob a ótica de alguns empresários, políticos e intelectuais desde o nascimento do Brasil independente, lendo textos de Mauá sobre seus problemas de criar uma moeda no Brasil sem convertibilidade em ouro, durante a hegemonia da libra esterlina. O mesmo problema reapareceu com Rui Barbosa e o Encilhamento, numa época em que os bancos ingleses controlavam o valor do mil-réis e asfixiavam iniciativas econômicas e as finanças da República nascente. Suas reflexões marcavam uma ruptura com o pensamento dominante da própria história do século XIX no Brasil, no qual pontificava a obra, sobretudo laudatória, de uma nação formada progressivamente, sem jamais questionar em nenhum momento qualquer de seus agentes o passado ou o regime imperante, vendo, por exemplo, os inconfidentes como um grupo sem maior raiz em qualquer projeto político ou experiência internacional. Ela se constituía antes em episódio criado pela eloquência de Tiradentes, visto como homem isolado na sociedade mineira, um demagogo logo abandonado sem deixar testemunho coerente. Esta visão se invertia em pensadores do final do século, que relacionavam a Inconfidência ao processo, e às figuras nele dominantes, da revolução americana, como se lê na crônica das revoluções brasileiras de Gonzaga Duque.

Em Joaquim Nabuco se descobria não apenas o abolicionismo como movimento humanista, mas uma reflexão minuciosa sobre a economia e a

sociedade brasileira, assentadas ainda largamente sobre o isolamento rural, o arbítrio e o autoritarismo nem sempre claro da Coroa Imperial, e sobre o escravismo e suas inúmeras consequências sobre aquelas. Muito do pensamento deste autor, bem como o de Rui, se descobre sob outras roupagens e em outros contextos, nas análises, entre outras, de um Sérgio Buarque, Caio Prado ou Celso Furtado. Mesmo em conceitos econômicos fundamentais deste último um leitor atento percebe sua formação na visão anti-oligárquia e anti-agrarista de Nabuco, na sua prosa clara, elegante e bem informada por valores democráticos propondo a ruptura com um passado inconveniente e um presente em que ele se mantinha de modo anacrônico.

Sem poder avançar sobre um número muito grande de pensadores, para denominá-los assim, mas sem deixá-los no mundo das ideias, esquecendo sua ação e sua vida concretas, ficou clara a distinção entre um grupo democrático buscando a ruptura com o passado nascido na colônia e mantido em larga medida pelo Império, e mesmo mais tarde pela República, grupos conservadores realçando a tradição e a permanência, ou lamentando seu encanecimento, um conjunto de pensadores autoritários com pendor desenvolvimentista, mas elitista e às vezes racista, ao lado de pensadores liberais pouco ligados a uma matriz desenvolvimentista ou democrática, defendendo a anulação quase total da ação do Estado em favor da desregulamentação dos mercados em favor da excelência alegada do empreendimento externo e de sua capacidade de reorganizar mais fecundamente a sociedade brasileira. Há diferenças de qualidade na obra de cada autor, e dos seus interesses analíticos, mas em termos de valores subjacentes a esta obra, estas distinções básicas podem ser mantidas.

Na tradição democrática e contrária aos remanescentes coloniais, para mim os autores mais fecundos são Caio Prado Júnior e Celso Furtado, por deixarem clara a continuidade sob a mudança e por suas propostas sempre revisitadas e atualizadas, fecundando sua militância e, no caso de Furtado, sua ação pública em períodos cruciais da democracia brasileira, bem como a análise sempre

virtuosa do autoritarismo e das conexões entre as transformações da economia internacional frente às possibilidades cada vez menores de internalização de centros de decisão na economia brasileira e da condução de seu próprio destino pela sociedade brasileira. Isto conduz à formação dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência, que articulam sua obra e que foram de alguma forma, inclusive bastante distinta, como ocorre em Fernando Henrique Cardoso, retomados por inúmeros autores, formando mesmo a corrente dos autores que realçam a dependência e daqueles que realçam o subdesenvolvimento.

Estas leituras estão sintetizadas adiante no memorial, mas originaram diversos artigos, publicados ou enviados para apreciação de algumas revistas, ou constantes da coletânea organizada por Newton Gracia da Silva, intitulada A Nostalgia do Futuro – Pensamento Original e Políticas Públicas no Brasil, lançado em dezembro de 2013 através da editora CRV, coletânea que realça no presente as raízes autoritárias e antinacionais de políticas públicas referentes a moeda e finanças.

Passo agora a uma pequena síntese identificando as principais propostas teóricas e políticas desenvolvidas por Caio Prado Júnior em sua vasta obra de pensador do Brasil, ressaltando sua atualidade no crítico momento da vida nacional. Esta obra se inicia em um diálogo com outros autores centrais no pensamento social brasileiro, e é marcada pelas preocupações de sua gênese. Contudo, durante seu desdobramento, até o final dos anos setenta, ela se estende e complexifica, guardando as preocupações e arcabouço ideológico originários, lembrando o adágio de que “os grandes autores sempre se repetem”. Assim, é possível perceber a construção de uma matriz teórica centrada no conceito e na proposta política, até hoje derrotada, mas essencial ao pensamento democrático, da nação entendida como laços de solidariedade forjados por uma cultura comum.

A partir daí elabora-se uma discussão sobre os conceitos de dependência e subdesenvolvimento em Celso Monteiro Furtado, centrais ao pensamento do autor, continuamente reelaborados em sua obra teórica e que o colocam, a rigor, como pensador que reelabora, utilizando conceitos econômicos, as preocupações e o percurso fundamental da matriz teórica de Caio Prado Júnior. Contudo, as rupturas com o passado colonial, através do desenvolvimento no sentido da construção da nação, escatologicamente concebida, pois se trata de uma passagem sempre inconclusa, sofre uma inflexão com Celso Furtado à medida que seu pensamento amadurece e refaz o percurso das transformações da economia mundial e sua articulação com a economia brasileira, levando-o, no final da vida, a uma desilusão com o desenvolvimento e a uma proposta de um novo marco civilizacional para o conjunto da humanidade. Neste momento, a escatologia de Caio Prado dá lugar a uma proposta, em Celso Furtado, indicando sua derrota política e a necessidade de retomar seu *ethos* em novas bases. Uma forma de apresentar alguns temas e elementos centrais na obra de Caio Prado Júnior consiste, pois, em contrapô-la à de outros autores com obras contemporâneas aos seus primeiros momentos. Em um primeiro plano, o da história econômica; creio que o melhor contraponto a este autor é Roberto C. Simonsen em *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, cuja primeira edição é de 1937. Os dois livros mais importantes nessa área, de Caio Prado Júnior, são *Formação do Brasil Contemporâneo* (1.^a edição em 1942) e *História Econômica do Brasil* (1.^a edição em 1945).

Deve-se lembrar, como assinala Afrânio Peixoto no prefácio ao livro de Simonsen, seu pioneirismo. Ele constitui a primeira tentativa bem-sucedida de escrever uma história econômica, em oposição às existentes histórias políticas e administrativas do Brasil. Mais do que isso, a história econômica de Simonsen buscava a "infra-estrutura decisiva e fundamental da história descritiva tradicional", permitindo ver a história da civilização como um todo coeso e não mais uma história do Brasil separada da história da América e do mundo.

Simonsen destaca a importância da história econômica para a compreensão da história política e militar nos tempos modernos, acentuando a pequena importância a ela conferida não apenas nas faculdades superiores do Brasil, mas inclusive na Inglaterra e Estados Unidos. Destaca ainda Simonsen o pequeno interesse dos historiadores nacionais pelo tema, ressaltando, entretanto, alguns, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e, sobretudo, Pandiá Calógeras.

O livro de Simonsen vem, pois, preencher diversas lacunas, políticas e acadêmicas. O livro destacará, segundo seu autor, a era colonial, por "ter sido na era colonial que se formou a trama social asseguradora da estrutura unitária do País, buscando clarificar os fatores externos que influenciaram o nosso período embrionário, que tiveram e que continuam a atuar na modelagem da nossa formação econômica" (SIMONSEN, 1978, p.25). É nesse sentido que Simonsen estudará inicialmente o período de transição para o capitalismo na Europa, enfatizando a revolução comercial como condição prévia ao nascimento da revolução industrial. Na esteira da revolução comercial formam-se grandes países agrícolas dentro de uma nova divisão do trabalho e são adotadas pelos grandes e emergentes estados nacionais definidas políticas coloniais que atuaram em nosso passado e ainda atuavam, dada a natureza tropical da maior parte da nossa produção.

É, pois, a partir da situação colonial que se examinará a formação e a atualidade econômica do Brasil, destacando as diferentes condições em que se desenvolve a nossa economia *vis-à-vis* a das nações que, a partir do Antigo Regime, iniciam suas transformações no sentido de sociedades capitalistas modernas. No Brasil, a colonização teve de recorrer à agricultura, em um meio pouco atraente ao elemento europeu e adstrito a produtos tropicais, trazendo os

portugueses uma grande massa de população africana que se reuniu à primitiva população autóctone.

A partir daí Simonsen organiza seus temas, sumariando os primórdios da invasão portuguesa, bem como da Espanha, em sua relação com a expansão comercial e o domínio e aproveitamento dos novos territórios, ultramarinos. Passa, em seguida, à forma inicial de aproveitamento das terras de Santa Cruz num contexto de expansão comercial da Índia e do Oriente e examina as políticas coloniais criadas para o Brasil como ponto de partida para a economia do açúcar. O ciclo do açúcar, na gênese de uma colônia marcada pela grande exploração de produtos tropicais com mão de obra servil, primeiro indígena e logo africana; a expansão da pecuária e sua importância para a unidade do Brasil; o ciclo da mineração, relacionado com a expansão paulista para o interior; os fundamentos da ocupação do Amazonas; o balanço do comércio da era colonial e os primeiros momentos de vida autônoma após a vinda de D. João VI ao Brasil, são os temas levantados de forma a compor uma agenda detalhada e complexa de problemas para os historiadores futuros da sociedade e economia brasileiras.

Não é por outro motivo que os pontos levantados por Simonsen reaparecerão sob outro tratamento seja em Caio Prado Júnior ou, mais tarde, em Celso Furtado, com a *Formação Econômica do Brasil* (1ª edição em 1959). Em Caio Prado Júnior, especificamente, as preocupações anteriores são retomadas a partir de uma visão do Brasil característica de toda a sua obra: a visão de um país que transita da condição colonial para a de independente e autônoma, transição ainda incompleta, mas cujo desenrolar é o foco contínuo de Caio Prado Jr. Este reorganiza, portanto, o material de Simonsen, soma elementos, compõe com sua obra historiográfica um painel montado a partir de um ponto: a construção da nação. Esta construção passa a um primeiro plano, no qual diversos aspectos da vida da colônia e depois do país independente são elaborados, desde a vida

material à vida social e política, da formação étnica à administração portuguesa. Estes aspectos são, pois, examinados a partir da gênese da colônia e do processo de passagem para nação. A revolução brasileira será precisamente uma proposta política capaz de conferir ao país o estatuto de nação, proposta montada a partir das singularidades que caracterizam a formação do país.

Dentro desse plano, seja a *Formação do Brasil Contemporâneo*, seja a *História Econômica do Brasil*, compõem, juntamente com outras obras, como *Diretrizes para uma Política Econômica*; *História e Desenvolvimento*; *A Questão Agrária*; e *A Revolução Brasileira*, um conjunto de problemas e temas centrais que é insistentemente repostos a partir de vários ângulos. Tanto mais que Caio Prado Jr. não se vê como um mero historiador econômico, mas como o historiador que procura dar conta dessa questão abrangente e complexa que é a formação de uma nação. Isto explica o sucinto comentário de Caio Prado Jr. à *História* de Simonsen na bibliografia da *História Econômica do Brasil*: "trabalho sobretudo informativo". É muito pouco, pois Simonsen é o pioneiro que Caio Prado Jr. retoma, mas se explica pelos contornos distintos do livro de Simonsen na sua visão ideológica.

Caio Prado Jr. é um pensador mais original e complexo da constituição da nação, comentando o campo brasileiro ou trabalhando a questão do capital estrangeiro e assim por diante. A nação é entendida como objetivo a ser alcançado politicamente ao mesmo tempo que se forma por meio de rupturas com a ordem colonial, através da independência, a abolição, a república, a industrialização e outras que criariam na história nexos de solidariedade específicos rumo a uma sociedade marcada pelo atendimento dos interesses do conjunto da população que aqui vive e trabalha, rompendo com seu passado colonial visto de modo bastante crítico.

Simonsen, por sua vez, coloca-se, como autor e ator político e empresarial, em um marco positivista, buscando o ideal da ordem e do progresso, bem como percebendo uma continuidade entre a colônia e o Brasil independente, na medida em que a primeira fornece ao segundo os elementos primeiros à sua entrada na civilização moderna. Esta transição se completaria, via conciliação de classes, a doutrina social da Igreja e a atuação privilegiada do Estado no planejamento econômico, através da constituição de um capitalismo autônomo, no contexto dos modernos países civilizados. Há, pois, entre ambos os autores, proximidade e distância teóricas e políticas.

A riqueza do trabalho de Caio Prado Jr. permite sua contraposição não apenas a Roberto Simonsen, mas ao conjunto de autores que, sobretudo nos anos trinta, elaboram retratos do Brasil, buscando captar o sentido da nossa evolução como país, desde o próprio *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, primo de Caio, cuja primeira edição é de 1928, até autores como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e outros de notória importância. Embora esses autores assumam posições políticas e ideológicas diversas, têm uma problemática comum: a passagem de uma sociedade marcada pelo seu passado colonial e, portanto, pela incoesão social e o personalismo; a outra, capitalista, dominada por laços de solidariedade e, ao mesmo tempo, a passagem de um Estado patrimonial ou oligárquico a um Estado burocrático e moderno. Esses temas não são excluídos por Caio Prado Júnior, principalmente em sua obra-prima, a *Formação do Brasil Contemporâneo*. Em seus textos encontram-se os temas da heterogeneidade social e econômica, a distorção do liberalismo, a ineficácia da administração pública e outros.

Ainda que Caio Prado Júnior recuse intitular a revolução brasileira como democrática ou popular, ou outros adjetivos quaisquer, para ressaltar suas raízes autóctones e suas particularidades, é evidente que ele se move no âmbito de uma

recusa ao liberalismo (como, aliás, Roberto Simonsen), da busca de uma transição a um capitalismo marcado pela coesão social, a cessação de miséria, a industrialização calçada no Estado e no capital nacional, assumindo pois uma postura política bastante clara. Nesse âmbito é que Caio Prado Júnior é um autor que deve ser colocado em face dos novos retratos do Brasil iniciados nos anos trinta e seus autores.

O nacionalismo de Caio Prado Júnior, um dos traços característicos de sua obra, já aparece naqueles retratos, a começar por Paulo Prado, com seu *Retrato do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda ou por autores anteriores, como Oliveira Vianna. Situar Caio Prado no seu tempo exige, pois, que se conheça algo desses autores, com os quais Caio Prado Júnior sempre interagiu. *Retrato do Brasil*, *Raízes do Brasil* e os livros de Oliveira Vianna remetem à mesma questão – a transição do capitalismo no Brasil – projetando imagens ou retratos do País até certo ponto intercambiáveis. Apesar disso, apresentam propostas políticas ou "vias de transição" a uma sociedade moderna distintas.

Nesses livros, a transição, assimilada explicitamente a um processo de revolução burguesa, também é vista como a passagem de uma sociedade marcada pela incoesão social e o personalismo a outra dominada por laços de solidariedade social e, ao mesmo tempo, como a passagem de um Estado patrimonial, ou oligárquico, a um Estado burocrático ou moderno. Da mesma forma, esses textos se tocam ao examinarem as atitudes políticas predominantes. Assim, o povo, mesmo com o avanço da urbanização, mantém valores e práticas políticas moldados no domínio rural. As elites, entendidas como "quadros dirigentes", conservarão na República um caráter aristocrático, distanciando-se da realidade nacional ao adotarem instituições do liberalismo europeu e norte-americano.

O liberalismo, no Brasil, conflitará com as formas da vida social, traduzindo-se na distorção das instituições liberais clássicas européias. Em consequência, gera-se uma situação de crise, suficiente para colocar em risco a coesão nacional. Nesse quadro, torna-se necessária uma revolução que, readequando as instituições estatais à morfologia da sociedade, forneça a esta a sua coesão nacional. A revolução é condição indispensável para a continuidade do processo de urbanização ou de desenvolvimento capitalista, pois a crise do Estado liberal se manifesta em ineficiência do aparelho de Estado, incapaz de expressar mais que solicitações contraditórias das distintas oligarquias.

Evidentemente, este esquema ignora nuances imponentes de formulação entre os livros citados, mas é válido como aproximação a todos eles. Os livros divergem, entretanto, na sua proposta de reforma política. *Retrato do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, embora não ignore que a transição e a superação da crise possam ser realizadas através de uma experiência autoritária, indaga pela possibilidade de uma "verdadeira revolução", a um tempo democrática, nacional e popular. Oliveira Vianna e Paulo Prado inscrevem-se na tradição nacionalista-autoritária. Entre ambos há, entretanto, uma diferença importante de formulação, uma vez que Oliveira Vianna, propondo um Executivo forte e centralizado, procura ligar governo e povo pelo funcionamento das corporações de base econômica e cultural. Dessa maneira, segundo imagina, seria possível criar uma administração pública eficiente e apolítica. A proposta de Oliveira Vianna encaminha um Estado agente da modernização econômica e pedagogo do povo e da elite, que ganhariam, pela participação na administração pública, consciência nacional.

Sérgio Buarque, em contrapartida, não consegue vislumbrar suportes sociais para sua proposta, que perde, dessa forma, muito de sua força. Aparentemente, Oliveira Vianna está na sua dianteira no que se refere à questão de como superar as atitudes insolidárias tradicionais. Entretanto, há neste

momento um problema em sua formulação, pois em Oliveira Vianna as corporações "nascem e morrem" no Estado, que as organiza de cima para baixo.

Aqui começam a surgir novas distinções importantes entre esses autores. Em Oliveira Vianna, coesão nacional significa supressão das possibilidades de conflito social. A ação das corporações será, portanto, concebida de forma a harmonizar relações de classe, para o que é essencial que o Estado defina e regule as formas de participação na administração, escolhendo, além disso, suas próprias fontes de opinião pública. A revolução buscará um desdobramento sem rupturas, como se o Estado e a sociedade pudessem conservar-se estáticos.

Em Sérgio Buarque, ao contrário, a concepção de revolução burguesa associa-se a um conjunto de rupturas, e a introdução dos novos tempos parece depender de instituições estatais que permitam seu desdobramento político, reequilibrando vida social e instituições políticas. O sentido dos termos "coesão", ou "harmonia", por ele utilizados, ganha desta forma uma conotação distinta, referida a um projeto de hegemonia de camadas algo vagamente denominadas populares e urbanas.

Este projeto, constata Sérgio Buarque, não pode se basear no liberalismo clássico e nos partidos tradicionais, "importações" inadequadas à "nossa realidade". Não consegue, entretanto, delinear as instituições adequadas ou a forma de agendá-las. Por sua vez, Oliveira Vianna, tanto quanto Paulo Prado, tampouco esclarece quais são os suportes de sua própria proposta, uma vez que permanece obscura a natureza de seu Estado Autoritário/Corporativo. Que Estado é esse, aparentemente autônomo ou exterior à sociedade, diante de um povo e uma elite marcados pela inépcia política?

Centrando-nos em Paulo Prado, seu livro *Retrato do Brasil* ganha bastante com a leitura prévia de *Raízes do Brasil*. O livro de Sérgio Buarque retoma do primeiro sua questão básica – a passagem de uma sociedade patriarcalista e de um Estado patrimonial a uma sociedade e um Estado modernos no Brasil, e os temas mais importantes ligados a essa questão, bem como os temas da anarquia da vida nacional, da relação capitalismo-democracia e da revolução burguesa.

Os dois livros coincidem em diversas observações e conclusões sobre esses temas. A cobiça e a luxúria que, segundo Paulo Prado, presidem a colonização do Brasil, terão paralelo na ética da aventura e no desleixo de *Raízes do Brasil*, enquanto fontes da insolidariedade social. Em ambos os autores, esses conceitos apreendem a dominação do capital mercantil na colônia, associando-se à escravidão, ao baixo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho e à ética e moralidade senhoriais.

Da mesma forma, o desencanto frente à realidade, fruto do choque entre a mentalidade senhorial e a urbanização, segundo Sérgio Buarque, constitui-se num eco da "tristeza brasileira" que subintitula *Retrato do Brasil*. A mesma tristeza, ou desencanto, explicará nos dois livros o alheamento das elites, seu bacharelismo ou, ainda, seu romantismo. A anarquia da vida social e o bacharelismo e conservadorismo das elites darão funcionamento próprio às instituições liberais, concluindo ambos os autores pela inviabilidade do liberalismo no Brasil.

Entretanto, *Raízes do Brasil* leva adiante a análise de *Retrato do Brasil*, como se observa, por exemplo, através do conceito de revolução empregado nos dois livros. A ideia de revolução como simples assalto ao poder transforma-se em Sérgio Buarque na ideia de um conjunto de rupturas, com dimensões e momentos distintos, na direção do capitalismo. A transição ao capitalismo surge, dessa

forma, como um movimento complexo, enquanto *Retrato do Brasil* projeta antes a imagem de uma sociedade e de um Estado quase imóveis, à espera da revolução capaz de introduzir os novos tempos.

Em boa medida por essa distinção, Sérgio Buarque não descrê na possibilidade de a revolução desaguar numa democracia adaptada às formas específicas da vida social e capaz de conferir à transição um caráter nacional e popular. Paulo Prado, ao contrário, aponta para uma vida estatista ou autoritária e também nacional. Todavia, como apontado, Buarque não consegue apontar os fundamentos sociais que sustentariam uma via democrática de transição, confiando nas influências da própria urbanização. *Raízes do Brasil* torna-se, assim, paradoxal, justapondo uma proposta democrática a uma virtual demonstração de sua impossibilidade.

Paulo Prado tampouco explicita os suportes de sua revolução que, distinguindo-se de um movimento caudilhista, parece depender de indivíduos com consciência da nação, isto é, de sua unidade (territorial) e do que é necessário para mantê-la (a redefinição de uma política de desenvolvimento capitalista). A proposta, entretanto, é obscura. Essas observações indicam a superficialidade da aproximação entre Paulo Prado e Sérgio Buarque estabelecida por alguns críticos. Não bastassem as diferentes propostas políticas, Sérgio Buarque parece ter tomado *Retrato do Brasil* como um ponto de partida, desenvolvendo e precisando conceitos e uma análise que permitem reler Paulo Prado.

Neste ponto se impõe o esboço da matriz teórica de Caio Prado Júnior. Seu ponto de partida é o conceito de nação, construído a partir das noções de soberania, democracia, igualdade social, homogeneidade social e industrialização. A nação, no autor, é tanto um valor e, logo, uma proposta política, quanto uma

categoria analítica. O exame do autor começa, pois, pela análise dos conceitos básicos, o de economia colonial, que é o ponto de partida do processo de formação do capitalismo brasileiro, e o de economia nacional, que é seu ponto, ainda não totalmente atingido, de chegada. A economia nacional é conceito construído observando-se o capitalismo desenvolvido, remetendo às noções de estrutura industrial integrada, na qual produção e consumo se alimentam mutuamente, e de um organismo produtivo voltado para o atendimento das necessidades fundamentais da população que trabalha e vive no país. Por seu lado, a economia colonial é construída conceitualmente a partir da forma de inserção da colônia brasileira nas primeiras etapas do capitalismo mundial, como estrutura produtiva voltada para o atendimento de mercados exteriores e calçada na grande lavoura monocultora e no trabalho servil. O autor destaca, com isso, a especificidade da formação do nosso capitalismo, em oposição à visão da III Internacional, que postulava um desenvolvimento das nações sul-americanas por etapas que repetiriam a sucessão dos modos de produção observada na história dos países europeus. Entre a economia colonial e a economia nacional media o desenvolvimento do capitalismo no sentido da constituição da nação tal como entendida pelo autor, o que leva a análise para um plano complexamente construído, nos níveis político, social e econômico.

O autor propõe nessa trajetória uma periodização que articula um momento externo – o desenvolvimento do capitalismo internacional em suas etapas: o capitalismo mercantil, o capitalismo concorrencial e o imperialismo – a um momento interno, revelado por marcas como a independência política, a cessação do tráfico e a abolição, a república e a crise da economia capitalista exportadora do café. Nesse sentido, a dinâmica do desenvolvimento é entendida como uma análise da totalidade, feita exemplarmente em *Formação do Brasil Contemporâneo* e, mais limitadamente, em *História Econômica do Brasil*. Nesse contexto, Caio Prado Júnior faz um balanço da obra colonizadora na virada do século XVIII para o XIX e acompanha as articulações sucessivas e contraditórias

que impulsionam e limitam a configuração da nação, entre o momento externo e o momento interno, deixando claro como a crescente complexidade do processo produtivo, a progressiva homogeneização social e o crescimento de um mercado interno potencial conduzem inexoravelmente ao desenho da nação e à superação dos remanescentes coloniais, inclusive porque estes são incompatíveis com o equacionamento de problemas na balança de pagamentos e de uma organização financeira sólida no país.

O conceito de revolução do autor é o de rupturas com os remanescentes da economia colonial nascida nas circunstâncias e especificidades do desenvolvimento brasileiro, e aponta para a consecução final do projeto nacional, partindo do estágio já atingido por esse mesmo desenvolvimento. Por isso, o programa da revolução apontará para a superação dos resíduos escravistas nas relações de trabalho no campo, pela reforma agrária destinada a ampliar o mercado interno e supri-lo em gêneros de consumo interno, pela luta anti-imperialista, que passa pelo controle estatal do comércio externo e pelo controle das remessas de lucros para o exterior, bem como por uma rigorosa intervenção estatal no livre curso da iniciativa privada, como forma de integrar e dar bases sólidas à indústria. Os suportes dessa revolução serão as classes populares no campo e na cidade, uma vez que as classes burguesas estão profundamente ligadas à do imperialismo no país, sem que isso signifique uma proposta de ruptura com o capitalismo, o que para Caio Prado Júnior não está na agenda política, mas sim um relacionamento entre classes e segmentos sociais voltados para uma solidariedade orgânica ainda que baseada em meios mercantis.

Deve-se fazer aqui duas observações. A primeira é que Caio Prado Júnior procede a uma recuperação do passado brasileiro, dentro da sua ótica teórica, utilizando sobretudo suas ferramentas de historiador. Não possui, ao mesmo tempo, um aparato analítico baseado na teoria econômica, ao contrário, por

exemplo, de Celso Furtado. A obra deste último, claramente, e sem que ele mesmo dê os devidos créditos, se inspira em Caio Prado Júnior, seja em seus conceitos fundamentais, seja em sua periodização do desenvolvimento, mas Furtado possui um aparato analítico centrado em conceitos criados por ele através de seu método histórico-estrutural, como a noção de fluxo de renda ou a de subdesenvolvimento, que permitem dar uma explicação renovada a problemas como o desemprego, a desigualdade social, as disparidades regionais e os empecilhos ao desenvolvimento. Isto tornará a obra de Furtado mais conhecida e difundida, dados os nossos crônicos impasses relativos ao desenvolvimento econômico, tornando-o mesmo o autor, segundo Maria da Conceição Tavares, o “santo das esquerdas”. Todavia, intelectual seminal e original, autodidata, Caio Prado Júnior desenvolve uma contribuição que se dá antes dos primeiros trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal e de outros que nele se inspiram, como o próprio Furtado e historiadores e economistas ligados à escola de Campinas, dele todos tributários.

Entretanto, a proposta de Caio Prado Júnior, a conclusão do processo de constituição da nação nos moldes em que delineou, é muito mais uma proposta (e uma derrota) política que uma visão da dinâmica sócio-econômica. Nesse sentido, permanecem na agenda preocupações que ele levantou, como a da dependência externa, e, sobretudo, a construção de uma sociedade que insira sua população no teor de vida material e cultural próprio das populações dos países desenvolvidos. E aí se coloca a questão dos direitos trabalhistas no campo, a da reforma agrária, a do papel do Estado e do planejamento e outras que ele, historiador, levantou, e gerações de economistas e homens de Estado maltrataram ou ignoraram. Estamos aí já no terreno da percepção da nação como escatologia, de uma nação permanentemente adiada mas ainda necessária e que em sua necessidade se realizará em tempo não determinado.

Exponho a seguir algumas reflexões sobre a atualidade de Caio Prado Júnior no que se refere aos impasses atuais do nosso desenvolvimento. Em primeiro lugar, é consensual que, diante da problemática desse desenvolvimento tal como ela se apresentava nos anos mais fecundos da produção teórica do autor, este soube reunir numa visão abrangente os aspectos principais da economia e sociedade brasileiras na ótica de sua proposta política e analítica. A consecução de uma visão com grau semelhante de abrangência do período complexo iniciado no regime militar e desdobrado de modo radical nos anos noventa, bem como suas múltiplas implicações, é tarefa que se impõe aos nossos atuais analistas.

Sem tentar fazer um diagnóstico da crise brasileira atual, em suas várias faces, tarefa de que muitos se incumbiram, lembremos que ela tem um claro componente interno, expresso, por exemplo, na chamada "privatização do Estado" e sua decorrente crise fiscal e financeira, bem como no nó górdio da industrialização brasileira: o de um padrão adequado de financiamento do investimento. Todavia, ela apresenta componentes derivados da reestruturação produtiva dos países centrais e sua "modernização conservadora", com reflexos diretos sobre o tecido produtivo e social dos países do segundo e terceiro mundos e, logo, também, sobre a economia e a sociedade brasileiras.

Essa combinação de elementos internos e externos, que expressa as dificuldades e inspira alternativas políticas do desenvolvimento do país, tem se traduzido numa virtual estrada para a desindustrialização e retorno a uma condição de subdesenvolvimento, na medida em que os setores mais importantes do ponto de vista das modernas estruturas industriais atrasam-se fortemente em termos tecnológicos e produtivos ou sequer chegam a se instalar, observando-se o mesmo atraso em setores montados há muito no Brasil, como o têxtil. A liberalização progressiva das importações, os descaminhos da política tecnológica

no país, a valorização do câmbio provocada em última instância pelo poder financeiro global, dentre outros fatores, agravaram esse quadro, problematizando o desenvolvimento de setores novos e dos já instalados, minando o espaço das empresas nacionais, já historicamente frágil. A queda do investimento na economia, ligada em grande medida ao desaparecimento de empresas estatais nos anos noventa, colaborou para o atraso tecnológico, assim como a forte concentração do investimento das empresas transnacionais nos países centrais.

Uma modernização parcial observa-se apenas nas maiores empresas, em geral estrangeiras, sem grande aumento de capacidade produtiva, levando todo esse contexto a uma crescente heterogeneidade produtiva da economia, bem como a uma nova forma de heterogeneidade social, uma vez que o nível de empregos cresce ligado a uma nova classe trabalhadora de remunerações baixas e ocupações marcadas pela precariedade, ao mesmo tempo em que a antiga classe média se deteriora e ascende uma camada de novos ricos dependentes das convenções oscilantes do mercado, da qual foi herói Eike Batista. Uma inserção passiva na economia mundial, mantida, a rigor, desde o governo Collor, tem substituído esforços coerentes no sentido da retomada da industrialização e suas implicações sociais. A esse esgarçamento do tecido produtivo tem também correspondido uma crescente fragmentação da solidariedade entre as diversas regiões do país, que se centrava no dinamismo industrial, e do investimento público e privado.

Fica clara, observando a cena brasileira, uma acelerada corrida para o subdesenvolvimento, que a proposta neoliberal de restringir o papel do Estado a assegurador da estabilização monetária e de uma tímida busca de combate à pobreza e exclusão não pode deter. De fato, como assegurar estabilidade à moeda se a âncora principal desta é a própria produção, e o dinamismo desta, numa economia complexa e diversificada como a nossa, não pode se basear em

elementos como a inserção passiva ou via reprimarização exportadora no mercado internacional, cujo crescimento, aliás, é baixo, e centrado nos países mais desenvolvidos? Os chamados emergentes, cujo exemplo notório é a China, apresentam mais incógnitas que soluções no sentido da construção de sociedades democráticas e soberanas, sustentáveis em termos ambientais e matrizes de uma cultura material original, nos quadros do dinheiro e do poder mundial. Como assegurar equidade social com políticas sociais minadas pelo assédio do poder financeiro aos recursos públicos, deixando de lado intervenções mais decisivas do Estado em âmbitos como a distribuição da renda, a elevação dos salários, a reforma da estrutura agrária, o enfrentamento da hipertrofia política e econômica do setor bancário e os ganhos imobiliários ligados à nossa rápida e desordenada metropolização? Como buscar, dessa forma, elementos legitimadores da ordem política, como a busca da igualdade e homogeneidade sociais e perspectivas de ascensão social durável numa economia dinâmica? Como buscar tudo isto sem elementos que reportem a uma revitalização do papel do Estado em seu controle sobre a iniciativa privada, papel planejador em níveis nacional e regional, buscando integrar o tecido produtivo e o tecido de relações sociais e políticas, numa palavra, sem objetivar a consecução da nação?

Nesse sentido, creio que quaisquer que sejam as críticas que eventualmente se possam fazer à matriz teórica de Caio Prado Júnior, ele é, ao lado de outros autores fundamentais que pensaram o desenvolvimento capitalista do país, alguns dos quais examinados acima neste artigo, um pensador que nos deixou como herança uma preocupação com as questões que, embora reelaboradas, estão no cerne da discussão de uma alternativa democrática para os dilemas que hoje enfrentamos: a defesa do conjunto da economia e sociedade brasileiras, pensado no sentido de um país industrializado, integrado e homogêneo socialmente, democrático e soberano, que atenda às necessidades básicas de sua população. Portanto, um país cuja condição periférica seja ativamente questionada, mobilizando para isso o Estado como a "força

concentrada da sociedade". Um país que, se não pode prescindir do capital estrangeiro para o seu desenvolvimento, o que seria inimaginável, possa negociar com ele na medida em que organiza seu espaço interno num sentido precisamente oposto ao do pensamento neoliberal, isto é, como "capitalismo organizado". Assim, fica claro que Caio Prado Júnior é um pensador para os nossos dias, tanto para entendermos a trajetória histórica brasileira, como para fornecer pistas acerca do debate sobre a crise que vivemos, se quisermos uma sociedade orientada pelos valores básicos que ele sempre defendeu. Além disso, Caio Prado Júnior nos deixa o problema de quais suportes políticos mobilizar para as transformações de que tanto necessitamos, dada a própria diferenciação observada hoje na sociedade brasileira, e que tem tido até agora, após tantos anos de crise, um papel tão avesso a mudanças

Passamos agora a esclarecer as relações entre dependência e subdesenvolvimento segundo nosso maior economista, Celso Monteiro Furtado. Embora elas tenham sido alvo de um trabalho exaustivo desse autor em toda sua obra, encontram-se clarificadas de forma lapidar em sua *Obra Autobiográfica*, que se constituirá em eixo do presente artigo.

Sabe-se que o núcleo original de pensadores reunidos na Cepal a partir de 1948, tendo à frente Raul Prébisch, enfatizou a industrialização latino-americana como um objetivo a ser perseguido pelos países da região como forma de alavancar seu desenvolvimento nacional e fugir às malhas de uma divisão internacional do trabalho que, de outra forma, os condenaria a um papel passivo e subordinado frente aos países centrais, bem como a uma situação reflexa sem dinamismo próprio tanto do ponto de vista material quanto social.

Esta percepção encontra-se, como foi exposto na primeira parte do texto, já antecipada nos autores que pensaram originalmente o desenvolvimento a partir de uma racionalidade pública, centrada no Estado como *locus* coordenador de decisões políticas e econômicas, independente de sua filiação ideológica originária. Assim, ela pode ser encontrada tanto em Roberto Simonsen quanto em Caio Prado Júnior ou Ignácio Rangel e muitos outros. Entre eles, talvez o que mais tenha desenvolvido a ideia de passagem de uma economia periférica de matriz colonial para uma economia dita nacional tenha sido nosso maior historiador, Caio da Silva Prado.

Não por acaso, a obra de Celso Furtado, em suas grandes linhas, corre paralela com este percurso anunciado por Caio Prado. Chama atenção, inclusive, que, embora Celso Furtado muitas vezes refira sua dívida para com a visão histórica de Marx, autor recriado de modo original como base para o seu pensamento da história brasileira por Caio Prado, o primeiro em momento algum rende homenagem ao pensamento deste último.

Outro ponto bastante conhecido consiste nos esforços realizados pela Cepal para informar o desenvolvimento industrial latino-americano através do planejamento e da planificação. São conhecidas as expectativas que cercavam, no pós-guerra, o estímulo a esse desenvolvimento por algo semelhante a um Plano Marshall para a região, e a importância do segundo governo Vargas na primeira metade dos anos cinquenta. Neste período, entre outras realizações, tem lugar um diagnóstico e o desenho de linhas centrais da industrialização pesada no país através da Comissão Cepal/BNDE, em larga medida utilizados, todavia com modificações não desprezíveis, no Plano de Metas, já no governo Kubitschek. Neste último, há um esforço ao mesmo tempo paralelo e convergente voltado para a região nordestina, com a criação da SUDENE, chefiada por Furtado, o caso mais flagrante de desequilíbrio regional no desenvolvimento brasileiro.

Como assinala Furtado (FURTADO, 1997, Tomo II, p.57), a transição para o modo industrial de crescimento, que teve um ápice nesses anos, não se baseou em aportes financeiros externos, mas em recursos tecnológicos e financeiros das empresas transnacionais que faziam sua entrada na economia mundial. A industrialização tardia no país fizera com que o mercado local fosse inicialmente abastecido por importações e é a demanda insatisfeita por estas que estimulava a produção local. Este é o cerne da industrialização, após a grande crise de 1929, até 1955, a assim chamada industrialização por substituição de importações.

Aspecto importante lembrado pelo autor no mesmo texto é que

Em face da escassez de produtos importados, surgiram empresas locais empenhadas em copiar equipamentos estrangeiros, modificar técnicas para substituir matérias primas importadas por produtos de origem interna e mesmo criar produtos novos capazes de tomar o lugar de artigos importados. O considerável número de patentes depositadas na época atesta o estado de efervescência da criatividade tecnológica. Equipamento têxteis, agrícolas, para a indústria do cimento, carrocerias de ônibus, uma miríade de produtos saía de oficinas semi-improvisadas. Dada a penúria que existia nos mercados desses bens, tudo que caía na rede era peixe, como se dizia na época. Essa experiência foi valiosa na constituição de uma classe empresarial voltada para a indústria no Brasil. A teoria da 'indústria infantil' podia ser evocada como fundamento doutrinário. Uma classe empresarial não se forma senão em um clima que estimule a iniciativa, inclusive no plano tecnológico, e num ambiente onde haja proteção para que as iniciativas não abortem. Essa combinação feliz de estímulo à iniciativa e proteção à empresa nascente deu-se no Brasil no período compreendido entre a grande depressão e o final da segunda guerra (Ibid., p. 58-59).

Este período traduziu-se em urbanização, elevação no nível médio de vida, formação de uma classe média e constituição de um parque industrial consideravelmente integrado. Ao mesmo tempo, ele se deu num contexto internacional de depressão prolongada e guerra, portanto de isolamento econômico relativo do Brasil. Este contexto transfigura-se, nos anos cinquenta, através de fortes taxas de crescimento do comércio internacional e nova estratégia das grandes empresas dos países centrais buscando abrir filiais em mercados que se integravam, e especialmente para os quais havia proteção local, como no Brasil.

Assim, há uma ruptura, nos anos cinquenta, no sentido de que a industrialização pesada distancia o parque empresarial brasileiro da criação tecnológica. A iniciativa empresarial de uma burguesia brasileira se restringe, e a mentalidade industrial se torna pouco inclinada a uma produção tecnológica nacional. Este ponto, lembrado por outros autores da nossa formação econômica e política, como o próprio Caio Prado e Fernando Henrique Cardoso, que enfatizarão a existência no Brasil de uma burguesia associada, é de extrema importância no pensamento de Furtado, pois significa que a industrialização via grandes empresas alienígenas reproduzem no país estruturas que alienam destes centros de decisão, induzem uma tecnologia desvinculada daquela que seria necessária para nossa estrutura de mercado de trabalho e de distribuição de renda, ou seja, de nossa estrutura social, prendendo o país fortemente ao que Caio Prado denomina “imperialismo” e colocando obstáculos à transição rumo ao que este denomina uma economia nacional. Em Furtado, coloca-se aí uma peça chave no sentido da dependência econômica e política e de um subdesenvolvimento industrializado.

Essas considerações foram destacadas pelo autor num grupo de economistas e sociólogos reunido sobre o problema do desenvolvimento e do

subdesenvolvimento a partir de junho de 1964. Nele, Furtado avança a ideia de que a tecnologia utilizada na industrialização periférica não corresponde aos padrões de consumo, de produtividade e de poupança de economias como a nossa, de baixos níveis de renda. Já aí se percebe que a concepção cepalina centro-periferia pressupõe o imperialismo, uma vez que a propagação do progresso técnico em seguida à revolução industrial inglesa era estritamente controlada pela Inglaterra, dentro da proposta de uma divisão internacional do trabalho teorizada por Adam Smith e David Ricardo com a doutrina dos custos comparativos. A formação do comércio internacional tornou-se, desde então, fruto de uma política deliberada de dominação no contexto da revolução industrial originária.

Por outro lado, na periferia, à medida que se diversificava o sistema produtivo, tendia ser maior o peso de indústrias com elevado coeficiente de capital, o que levava à dependência tecnológica, impondo um montante de investimento por trabalhador muito acima da capacidade de poupança das populações periféricas. Esta dependência se desdobrava em uma dependência cultural, uma vez que o produto manufaturado importado concorria com o produto local com vantagem, determinando que técnicas seriam utilizadas. Essa dependência cultural incitava a diversificação do consumo, reduzindo o potencial de poupança e aumentando os requisitos da capitalização na indústria.

Era possível que reformas estruturais comandadas pelo Estado corrigissem esse quadro, mas elas teriam de ser profundas, e não havia forças sociais capazes de suportá-las política e ideologicamente. Ponto importante aí é que o grau de desenvolvimento industrial alcançado via grandes empresas internacionais interrompeu, de maneira geral, a formação de uma classe empresarial com uma ideologia nacionalista capaz de controlar os setores manufatureiros mais dinâmicos. A empresa nacional ficou restrita a setores

secundários, crescendo a reboque dos setores dinâmicos. Noutras palavras, como afirmou Fernando Henrique Cardoso, houve uma “internacionalização do mercado interno”, ou seja, a relação entre a economia brasileira e os centros dinâmicos das economias centrais ocorre no próprio mercado interno da primeira.

Nos primeiros anos do exílio, Furtado mostra seu desalento com o quadro acima.

O reconhecimento de que a sociedade brasileira estava marcada pela herança das sequelas da escravidão e pelas taras de um processo de colonização em que o controle do acesso às terras fora utilizado para explorar a massa da população, a ponto de desumanizá-la, e a visão de que o país acumulou considerável atraso no quadro de uma civilização implacável com os retardatários foram fatores decisivos na construção de meu projeto de vida. E é ilusão, que chegou a dominar meu espírito em certo momento, de que uma feliz conjuntura internacional – consequência da Grande Depressão dos anos 30 e do conflito mundial dos 40 – abrisse uma brecha pela qual quiçá pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história, agora se desvanecia. O Brasil continuaria prisioneiro de suas estruturas anacrônicas, crescendo em benefício de uma minoria privilegiada, acrescentando cada ano pelo menos um milhão de pessoas à sua imensa legião de desnutridos, desabrigados, desvalidos (Ibid., p. 95-96).

De outra perspectiva, nos anos sessenta a política externa dos Estados Unidos, num momento em que este país gozava de grande afluência e Johnson propunha o projeto da Grande Sociedade, percebeu o quadro das transformações em curso em diversas áreas do planeta, resultantes da interdependência econômica imposta pela moderna tecnologia propagada pelos conglomerados

internacionais, como produto de uma confrontação ideológica no interior da Guerra Fria. Os Estados Unidos passaram a considerar inevitável a intervenção nos assuntos internos de grande número de países, inclusive do Brasil. Estes deveriam ter como objetivo prioritário prevenir subversões sociais. Este quadro reforçou a ideia de que o subdesenvolvimento não é uma etapa na vida dos povos, mas uma formação de que se reproduz em distintos níveis de crescimento, com raízes políticas, econômicas e ideológicas.

Um aspecto central do subdesenvolvimento ligado a esse contexto é a reafirmação contínua da desigualdade no mercado de trabalho, uma vez que as estruturas sociais na periferia não tendem a se homogeneizar, pois os países subdesenvolvidos, entre outros aspectos, seguem de perto os padrões tecnológicos dos países industrializados. Por outro lado, a urbanização dos países de industrialização retardada decorre de modificações na estrutura ocupacional como o crescimento das atividades mercantis ligadas ao comércio exterior, a persistência de formas de organização pré-capitalista no campo, a penetração de técnicas modernas em certos setores da agricultura, o agravamento pela industrialização substitutiva da extrema concentração da renda, o aumento relativo das atividades estatais e a aceleração do crescimento demográfico. Nesse quadro, as massas dos países subdesenvolvidos não se transformam em trabalhadores inseridos em um sistema produtivo moderno que não pode criar para elas empregos suficientes e adequados.

Nas estruturas subdesenvolvidas, a técnica moderna cria problemas de amplas projeções no plano social, cuja solução deve ter natureza política, envolvendo juízos de valor, o que faz com que a industrialização retardada ocorra em um quadro de grande instabilidade institucional. Nessas estruturas, as massas que se acumulam nas grandes cidades não estão capacitadas e organizadas para absorver os frutos do progresso técnico. O liberalismo que nasce desde Adam

Smith como uma ideologia de preservação do *status quo* mesclada com preocupações com a igualdade social e a equidade, transformou-se em autoritarismo, ou num populismo incapaz de assegurar justiça social. A conquista de um regime que concilie desenvolvimento com distribuição social exige a organização de massas heterogêneas sem recair na manipulação da opinião pública de forma personalista. Essa conquista está por ser feita, e o que vemos é um país politicamente instável, pois o excesso de concentração de renda provoca instabilidade social ao mesmo tempo em que a redistribuição de renda deve ser feita sem frustrar o crescimento.

Furtado parece, aí, preocupado com uma distribuição que preserve capacidade de poupança assim como estabilidade política. Pensa que o autoritarismo é danoso por restringir a participação da cidadania na política e priva o poder de controle social. Por outro lado, pensa também que o liberalismo reformista não poderá ter lugar enquanto não for vencido o subdesenvolvimento, situação na qual o Estado deve ter funções complexas e os problemas políticos não serão solucionados pela assimilação de novas técnicas. Em resumo, a construção de um quadro institucional que respalde os ideais de liberdade, bem estar e tolerância, terão de ser construídos de forma própria às condições presentes em uma sociedade subdesenvolvida como a brasileira.

Para o autor, que pensa em termos macroeconômicos dentro de um paradigma matizado pela teoria neoclássica (embora, é claro, completamente livre de sua visão estática e de equilíbrio, pois seu pensamento é original, guardando da Cepal o respeito por uma visão histórica e dinâmica, que haure da Escola Histórica Alemã, além de Marx), a poupança tem um papel decisivo no crescimento como pré-condição para o investimento. Daí essa preocupação com a capacidade de poupança a qual, todavia, se relaciona menos com a disponibilidade de recursos para uma burguesia industrial que a seu ver tem um

papel subordinado na dinâmica econômica, ou na superação do subdesenvolvimento e da dependência, como foi observado acima.

Ao contrário, o autor pensa, sobretudo, em uma poupança que possa ser apropriada mediante a política fiscal pelo Estado. Como ele explica exhaustivamente em sua obra (por exemplo, FURTADO, 1997, Tomo III, p. 230), não se sai do subdesenvolvimento pelas simples forças de mercado, sendo necessário um esforço deliberado, moderando certas formas de consumo e elevando a taxa de poupança, através de uma política fiscal rigorosa e uma ação de conjunto sobre a economia através do planejamento sancionadas por um amplo consenso social. Há uma preocupação com o Estado fraco diante das elites internacionalizadas, e com sua regeneração diante das formas extremadas de corporativismo no país:

Nos países do mundo desenvolvido, o problema está em fortalecer instituições da sociedade civil, inclusive aquelas que se apoiam na opinião pública internacional. Mas nos países cujos sistemas econômicos devem ser reconstruídos para erradicar tendências estruturais à concentração da renda e ao desperdício de recursos, o problema é de outra natureza, pois se trata de reabilitar o próprio instrumento de reconstrução (Ibid., p. 185).

Não se trata de corroborar, enfatize-se, o autoritarismo, mas perceber que a correção do subdesenvolvimento depende de um processo político que a sociedade somente pode realizar por meio do Estado. Este é um instrumento de uma sociedade consciente da importância crucial do Estado na construção de uma “economia nacional”, para usar um termo de Caio Prado Júnior, isto é, de uma economia voltada para as necessidades da população que vive e trabalha nessa sociedade (LEÃO, 1994).

Ainda no governo Goulart, essa percepção fica clara no texto que escreve diante da crise política em curso e das eleições parlamentares de fins de 1992, com o objetivo de esclarecer ideias centrais capazes de reunir as forças progressistas em torno da restauração do presidencialismo e de um congresso que pudesse apoiar as reformas necessárias para reduzir o custo social do desenvolvimento. Neste texto, Furtado propõe um programa mínimo centrado na reforma agrária, na reforma fiscal, reforma universitária, estatuto disciplinar do capital estrangeiro e reforma bancária.

Este programa parte do diagnóstico de que as tensões sociais e políticas em curso no país ligavam-se ao próprio desenvolvimento num contexto de um marco institucional obsoleto. Assim, grande parte da população permanecia isolada da vida política pelo velho sistema de organização agrária, o governo é fragilizado por um sistema fiscal que tornou o desenvolvimento altamente concentrador de renda e o sistema bancário, a máquina administrativa, o sistema universitário, entre outros, foram superados pela transformação do país, de um simples exportador de produtos primários a uma nação industrial a partir da década de 30. Tudo isto exige uma ação do governo efetiva na solução de problemas básicos, inclusive pelo investimento maciço em setores estratégicos. São estas mesmas preocupações e alternativas que informam a atuação da SUDENE e o Plano Trienal (FURTADO, 1997, Tomo II).

Como se sabe também, Furtado foi uma personagem, entre outras, derrotadas pelo curso que tomou a política no Brasil com a Revolução de 1964 e suas alternativas sociais e econômicas, desembocando no chamado *milagre brasileiro*, que, para o autor, consistiu simplesmente em uma intensificação do processo de concentração da renda, dados o arroxo salarial e o desmantelamento das resistências sindicais, o que gerou recursos para financiar a expansão de bens duráveis ao invés de investimentos em capital fixo, em especial na

infraestrutura. Nesse sentido, o Brasil se mantinha nas suas linhas tradicionais de subdesenvolvimento dependente, tanto mais que a política externa americana dera forte respaldo ao golpe e aos governos militares que se seguiram. Estas ideias tomaram forma em livro de 1972, *Análise do 'modelo' brasileiro*, publicado no Brasil pela editora Civilização Brasileira.

Neste livro, o autor explica que a dinâmica da economia brasileira estava determinada pela ação das empresas transnacionais, respondendo por inovações de produtos e processos e pelo Estado, que adequou o perfil da demanda às necessidades do progresso tecnológico comandado por estas empresas. As empresas nacionais, por sua vez, continuavam a desempenhar uma ação complementar. Crucial, aí, é a concentração de renda:

Modificando os programas dos diferentes titulares de renda, o governo põe em marcha uma série de processos que afetam o grau de utilização da capacidade produtiva já existente, a composição dos novos investimentos e a intensidade do fluxo de entrada de recursos externos. Criam-se, assim, condições para que as empresas transnacionais maximizem suas possibilidades de ação. Os resultados se farão sentir direta e indiretamente nas duas relações estruturais que comandam o crescimento da economia: a taxa de investimento e a produtividade média do capital (FURTADO, 1997, Tomo III, p.213).

No mesmo livro em que analisa o modelo brasileiro, de 1972, Furtado responde à ideia vulgarizada de que “é preciso deixar o bolo crescer e depois reparti-lo”. Para o autor, a concentração de renda implicou numa adaptação do consumo aos esquemas das grandes empresas multinacionais comandando o sistema de produção, o que veio a agravar as desigualdades regionais, manter o atraso relativo de grande parte da população, em especial da população negra,

inserida nos grupos sociais de mais baixa renda real, tudo isto caracterizando uma responsabilidade histórica considerável diante dos autodesignados *tecnocratas*, que se pensavam no poder por seus méritos intelectuais (e não por sua funcionalidade ao processo problemático de manter a dinâmica perversa do subdesenvolvimento dependente). Observe-se que, nessa passagem, Furtado não está indicando a necessidade de uma rápida e mais equitativa distribuição de renda, ou realçando a importância da concentração dessa renda na configuração do *milagre*, tão somente, mas acentuando as articulações entre autoritarismo, dependência tecnológica e política e desigualdade social crescente em nosso subdesenvolvimento industrializado. Como diz o adágio, os grandes mestres sempre se repetem, e Furtado, aqui, repete suas agudas percepções da história do nosso capitalismo.

Furtado voltará muitas vezes ao problema da heterogeneidade social, por exemplo, em *Brasil – a construção interrompida*. Neste texto, assinala explicitamente que “A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população” (FURTADO, 1992, p.39). O subdesenvolvimento resulta de um desequilíbrio na assimilação das tecnologias industriais modernas, incidindo sobre o estilo de vida mas em prejuízo da absorção de técnicas produtivas mais eficazes em termos sociais.

No Brasil, a *modernização*, longe de beneficiar o conjunto da população, em uma hipótese que Furtado considera escolar, agravou a concentração de riqueza e renda já existente, fazendo com que apenas o segmento da população em condições de controlar os aumentos de produtividade permitidos por vantagens comparativas no comércio internacional e pela industrialização pudesse ser contemplado. Neste contexto, a adoção de padrões de consumo imitados de

sociedades com níveis médios de renda muito maiores provoca o dualismo social e impede, portanto, que o crescimento da produtividade e da renda média seja suficiente para produzir o verdadeiro desenvolvimento, que implica a homogeneização social. Não se trata, aí, de um determinismo político ou econômico, mas de uma derrota no plano das lutas sociais e de alternativas. Pensando no Brasil entre os anos 50 e início dos 90, Furtado observa:

A ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas da população permaneciam destituídas do mínimo de equipamento pessoal com que se valorizar nos mercados. Como modificar o mecanismo que conduz a essa perversa distribuição de ativos, ao nível das coisas e das habilitações pessoais, é a grande interrogação. Não cabe dúvida de que aí reside o fator decisivo na determinação da distribuição primária da renda. E das forças do mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência à sua agravação (Ibid., p. 54).

Se o processo de industrialização substitutiva, ao implicar a empresa internacional como um dos seus eixos centrais nos anos 50 e com isto vulnerabilizar os centros internos de decisão na economia brasileira, desde o final dos anos 60 se dá o fenômeno do crescente endividamento externo, que caminha *pari passu* com o endividamento interno, e o crescimento da dívida pública. Em *A nova dependência – dívida externa e monetarismo*, de 1982, Furtado observa que, no Brasil, como em toda América Latina, o rápido endividamento dos anos 70 permitiu, inicialmente, a elevação da taxa de investimento, mas, a partir de certo momento, com a elevação dos juros internacionais e a ascensão de doutrinas monetaristas nos Estados Unidos e na Inglaterra, o duplo endividamento externo/interno conduziu a uma reorientação dos investimentos para aumentar as

exportações, a compressão das importações e a redução do ritmo de crescimento econômico. Esse processo, como se sabe, conduzirá a uma combinação entre recessão e inflação, com suas consequências perversas sobre o mercado de trabalho, entre outros problemas.

Nesse contexto, um país periférico como o nosso precisou submeter-se a uma crescente internacionalização monetária, financeira e comercial. Os centros de decisão na economia brasileira tornam-se ainda mais vulnerabilizados e se assiste a crescente perda de autonomia das autoridades monetárias e redução do alcance dos instrumentos da política econômica. Essa semiparalisia dos centros nacionais de decisão no uso dos instrumentos tradicionais de política monetária, cambial e fiscal, deve-se, portanto, à integração de partes fundamentais do aparelho produtivo a estruturas tecnológicas e empresariais externas, revelando, na periferia, as mudanças estruturais do conjunto do sistema capitalista após os trinta anos em que este foi comandado pelo ideário e pelas instituições de corte keynesiano, bem como a desregulamentação, concentração/centralização e internacionalização dos grandes conglomerados industriais e bancários dos países do centro.

Em grande parte da América Latina, bem como em outras regiões periféricas do globo, adotou-se, diante desse cenário de instabilidade, inflação e desemprego, a doutrina monetarista difundida especialmente por Milton Friedman, mas elaborada desde há muitas décadas por pensadores liberais, buscando alternativas sociais e ideológicas ao paradigma keynesiano:

A doutrina monetarista tem sido utilizada na América Latina para legitimar o processo de internacionalização, que é apresentado como uma transição para formas superiores de organização econômica. Restituir aos mercados (internos e

externos) o papel central na alocação de recursos e na remuneração dos fatores seria condição *sine qua non* para restaurar a racionalidade econômica e assim abrir caminho a melhorias efetivas do bem estar social. Essa doutrina tem pelo menos a virtude de explicitar o modelo que está embutido no vasto processo de reestruturação em curso no sistema capitalista (FURTADO, 1982, p. 129).

Neste momento, Furtado está chamando a atenção para a afirmação de uma dependência financeira crescente e para a proposta monetarista, ideológica e politicamente extremada, que privaria o país de qualquer meio autônomo de decisão do plano instável da economia internacional reestruturada em termos tecnológicos, empresariais e geopolíticos. Como se sabe, o Brasil, após inúmeros ensaios de heterodoxia no plano da política econômica a partir da Nova República, embora nunca tenha optado por um monetarismo estrito, nos anos 90 o cenário de recessão, dívida externa, paralisia crescente da ação pública e inflação, termina por implicar um receituário próximo ao preconizado pelo monetarismo.

Desde o Plano Collor, culminando com o Plano Real e o programa de reestruturação da dívida externa, passando pela privatização e desnacionalização de um rol significativo de empresas estatais e nacionais privadas, o Estado procura acentuar uma política econômica fortemente integrada aos circuitos financeiros, produtivos e comerciais externos. O monetarismo terá um núcleo forte de influência sobre o conjunto da política econômica no tripé câmbio flexível/ juros elevados/ superávit primário, reduzindo, como indicara Furtado, a capacidade nacional de decidir o nível de investimento e a taxa de crescimento do produto, ao mesmo tempo em que condicionará o alcance das políticas sociais. Este é o quadro ainda presente nos governos seguintes já no século XXI. Como dramaticamente anunciara Furtado, diante de nós está uma construção interrompida, de forma inerente à lógica do subdesenvolvimento e da

dependência, cuja conformação em essência se mantém no interior das transformações na economia mundial.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978, Furtado observa que a instabilidade da economia internacional deve-se a sua falta de coordenação, uma vez em que as atividades econômicas continuam estruturadas em um marco coordenador nacional, e que as decisões envolvendo os estados nacionais, face às empresas transnacionais, não possuem coerência interna. As relações de forças entre os centros de decisão tendem a ampliar o espaço da acumulação nesse plano global, mas isto se faz sem que seja possível obter estabilidade no plano nacional, isto é, condições de pleno emprego e equilíbrio nas contas externas de cada país.

Tal ordem internacional demanda controle da tecnologia, controle das finanças, controle dos mercados, do acesso às fontes de recursos não renováveis, bem como do acesso à mão de obra barata. As posições de força dos estados ou dos grandes grupos econômicos, em seu relacionamento, produzem uma estrutura coordenada, gerando dependência dos países periféricos. Assim, para o autor,

A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de alta eficácia na geração de poder. Controlar os estoques de um produto é importante, mas ainda mais importante é dispor de recursos financeiros para prolongar esse controle. Dispor de recursos de petróleo é uma arma, mas a eficácia dessa arma pode aumentar consideravelmente se se

consegue organizar globalmente a oferta de petróleo no mercado internacional (FURTADO, 1978, p. 104-105).

Dentre esses recursos de poder, o primordial é o controle da tecnologia, o que para Furtado consiste na expressão final da criatividade humana dentro da civilização industrial. Esta pode ser vista como fruto de uma orientação da criatividade humana, favorecendo a acumulação e a reprodução de certas estruturas sociais. As empresas transnacionais nada mais são do que o aprofundamento da dominação tecnológica na época da difusão por todo o globo de atividades industriais. Quando pensa em dependência como um aspecto da cultura, ou seja, na dependência cultural, todos esses aspectos são levados em conta, de onde se segue que:

Contudo, não se deve perder de vista que a luta contra a dependência não é senão um aspecto do processo de desenvolvimento, e que não existe sem a liberação da capacidade criadora de um povo. Quiçá o aspecto mais negativo da tutela dos sistemas de produção na Periferia, pelas transnacionais, esteja na transformação dos quadros dirigentes em simples correias de transmissão de valores culturais gerados no exterior. O sistema dependente perde a faculdade de conceber os próprios fins (Ibid., p. 113).

Em *Brasil: a construção interrompida*, Celso Furtado reflete sobre a dependência tecnológica e financeira no contexto da instabilidade internacional em termos de uma mudança cultural que abranja o conjunto dos países, em um deslocamento do curso da civilização que trocaria o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação para uma lógica dos fins em função do bem estar social, da liberdade e da cooperação entre os povos. A ação política seria colocada,

nesse contexto, em função de um desenvolvimento posto ao alcance de todos os povos e ao mesmo tempo preservando o equilíbrio ecológico:

O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (FURTADO, 1992, p. 77).

Furtado está dialogando, aí, com preocupações do chamado Clube de Roma no seu *Limites do crescimento* e com uma série de trabalhos desenvolvidos na Cepal e na Organização das Nações Unidas, diálogo que surge no início dos anos setenta, após a primeira crise do petróleo, a guerra no Oriente Médio e o fim do padrão de regulação econômico internacional criado no pós-guerra. Em seu ensaio *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, Furtado dialoga com a preocupação do Clube de Roma acerca de uma eventual universalização das formas de vida dos povos ricos por todos os povos, causando uma pressão intolerável sobre os recursos não renováveis, a poluição do meio ambiente e o inevitável colapso do sistema econômico mundial.

A percepção do autor neste texto é de que a economia mundial, ao concentrar renda, exclui dos benefícios do desenvolvimento a grande maioria da humanidade. O subdesenvolvimento se constitui, no fundo, em um fenômeno de dependência tecnológica e de mimetismo cultural, que não pode realizar a

promessa de reproduzir as formas de vida dos países ricos. Isto faz com que seja necessário modificar o enfoque sobre a acumulação, restringindo o econômico a um papel instrumental a partir de objetivos sociais. É esta mesma conclusão que Furtado repete em *Brasil: a construção interrompida*, deslocando o acento dos países subdesenvolvidos para o conjunto da civilização humana, realçando a necessidade da espécie de evitar sua autodestruição.

Assim, já em *O mito do desenvolvimento econômico* o autor afirmava:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização ao conjunto do sistema capitalista das formas de consumo que prevalece atualmente nos países ricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão fundamental pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporcione uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana (FURTADO, 1997, Tomo III, p. 226).

Daí ser necessário concluir que o desenvolvimento se constitui em um mito ou uma meta inalcançável para o conjunto dos povos do terceiro mundo. Nos textos escritos posteriormente, Furtado percebe como a busca mimética desse desenvolvimento econômico coloca em risco a própria civilização em uma crise já não restrita a aspectos econômicos ou políticos. Isso é especialmente verdade para o autor no quadro da instabilidade e crise internacionais a partir das últimas décadas do século XX.

Esta preocupação é atual na medida em que várias regiões do globo ainda buscam essa via de consolidação ou afirmação econômica e geopolítica, como ocorre com países como a China e o próprio Brasil, que vêm difundindo por vários segmentos de sua população uma cultura material centrada em bens valorizados culturalmente, como o automóvel. Conforme colocamos acima, no sentido contrário ao desejado por Furtado, o Brasil, apesar de um conjunto de conquistas sociais, como a elevação dos patamares reais do salário mínimo, formas de combate à pobreza através de programas como o Bolsa Família, vive hoje um quadro de avanço democrático travado por mimetismo cultural e administração monetarista em sentidos significativos de sua política econômica. Contudo, para nosso autor, o subdesenvolvimento só pode ser vencido em um novo marco civilizatório global, incluindo centro e periferia e eliminando essa polaridade.

Neste ponto lembro brevemente a exposição sobre os conceitos estudados acima de subdesenvolvimento e dependência a partir de um texto escrito para o Banco Mundial em 1987 pelo nosso autor, *Entre inconformismo e conformismo*, e reproduzido no terceiro volume de sua obra autobiográfica. Neste texto, o autor lembra como, a partir de Friedrich List e seu conceito de *sistema de forças produtivas*, isto é, a compreensão das atividades produtivas como um todo articulado, compreensão esta que deve anteceder a de seus elementos constitutivos, a economia política da Cepal concebeu uma visão global derivada da história que veio a ser conhecida como “estruturalismo”.

Para este estruturalismo latino americano o comportamento das variáveis econômicas depende fortemente de parâmetros não econômicos que se definem e transformam historicamente, fato este particularmente relevante quando se estuda sistemas econômicos heterogêneos em termos sociais e tecnológicos como as economias subdesenvolvidas. Assim, a compreensão do subdesenvolvimento prioriza a análise das estruturas sociais para compreender o conjunto da formação

capitalista na periferia, reinventando uma tradição que vem da escola histórica alemã e do pensamento marxista para os países desta região.

Por outro lado, a teoria da dependência se baseia numa visão global do capitalismo como um sistema expansivo e articulado de formações sociais heterogêneas, projetando-se nos países de industrialização tardia. A dependência se manifesta, a princípio, no plano cultural como transplante de padrões de consumo, adotados ainda no período da economia primária exportadora, e a seguir, com a industrialização, transmuta-se em uma dependência tecnológica que se inscreve na estrutura produtiva no período de substituição de importações. A dependência liga-se a um crescimento econômico concentrador de renda e socialmente desigual, e o capitalismo global apoia-se na dicotomia *desenvolvimento-subdesenvolvimento*, que intitula o livro em que Furtado reúne seus primeiros textos em economia. Como indica Furtado,

Em síntese, o que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda – modernização – em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação produtiva. Este último tem origem na forma de inserção na divisão internacional do trabalho e aquele, na penetração dos padrões de consumo do centro (FURTADO, 1997, Tomo III, p. 32).

A evolução no sistema produtivo nos países periféricos conforma um processo adaptativo impulsionado pelas forças externas e internas que definem o padrão da demanda final, fazendo com que as estruturas sociais nestes países tenham uma especificidade, a saber, a heterogeneidade social e produtiva, o

desemprego disfarçado, a fragilidade do Estado, a tendência ao autoritarismo e à ausência de democracia, enfim, todas as características de um país subordinado a uma ordem global da qual se beneficiam elites descompromissadas com as necessidades do conjunto da população que nele vive e trabalha.

Este ponto foi exaustivamente trabalhado por Caio Prado Júnior, especialmente em *A revolução brasileira*, entre outros textos, bem como por outros autores que souberam, como Furtado, captar os elementos fundamentais de um pensamento desenvolvimentista latino americano e acentuaram o papel do planejamento e do Estado na evolução das estruturas sociais no sentido da superação desse estado de coisas.

Todavia, como ficou claro, reiteraram-se e reinventaram-se o subdesenvolvimento e a dependência, mantendo-se, embora, suas características centrais, o que levou o autor a pensar numa superação da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento dentro de um novo marco civilizatório global. Neste momento, já ao final da longa e frutífera vida de Furtado, este problematiza a nação mesmo como escatologia, ainda que não deixe de lado a atualidade que possui como crítica do presente, mas antes radicaliza esta crítica e a repõe em nível superior.

Pretendo ter indicado uma continuidade básica política e ideológica ao longo de todo o fértil trabalho de uma vida desenvolvido pelos autores que consideramos.

Celso Furtado, que pode ser considerado nosso maior economista e um dos nossos pensadores fundamentais, embora bebendo em diversas fontes, das

quais a mais apontada na literatura é a Cepal dos primeiros tempos, foi um pensador com características próprias que não autorizam vê-lo como um cepalino *tout court* nem como um autor excessivamente próximo a posições de outros dependentistas com ponto de partida em sua obra.

Portanto, a obra de Furtado continuamente se refaz, num processo de transformação e renovação teóricas, reelaborando conceitos e objetos ao longo da trajetória que ele documentou e da qual fez uma exegese das transformações do capitalismo global e do desenvolvimento brasileiro. Ao fazer isso, Furtado manteve coerência ideológica e analítica notável, mantendo-se rigorosamente fiel a pressupostos como a busca necessária para nossa autonomia cultural da soberania, democracia, igualdade social e outros objetivos que explicitou juntamente com uma tradição do pensamento desenvolvimentista que remonta a diversos dos nossos autores clássicos, dentre os quais sobreleva Caio Prado Júnior.

Todavia, há uma radicalização em processo no curso dos textos e análises de Furtado, que progressivamente radicalizam a conquista da economia nacional, ainda que como escatologia, no sentido de só concebê-la em um novo marco civilizacional que supere a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento. Também se pode dizer que a construção política da nação exige a reconstrução dos laços que constituem o capitalismo mundial no momento em que sua crise atinge proporção antes impensável, colocando em cheque a própria vida sobre o planeta.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; **FALLETO**, Enzo; *Dependencia y desarrollo em América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

_____. *Obra autobiográfica*, 3v. Conteúdo: v1: Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; v2: Aventuras de um economista brasileiro, A fantasia desfeita; v3: Entre inconformismo e reformismo, Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

_____. *Análise do 'modelo' brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA., 1972.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, ?.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, ?.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

LEÃO, Igor Z. C. Carneiro; *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*, tese, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

MALLORQUIN, Carlos; *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MELLO, Manuel Cardoso de. *Conseqüências do neoliberalismo*. Economia e Sociedade, Campinas: UNICAMP/IE, n.1, ago. 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *Evolução política do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1947.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

_____. *História*. Org. por Francisco Iglesias. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais, 26)

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2.ed. São Paulo, IBRASA : INL, 1981.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 8 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1987.